

Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres Negras: o impacto do racismo

Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira

Brasília

Dezembro, 2013

Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres Negras: o impacto do racismo

Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira

Monografia apresentada à Faculdade de Psicologia do Centro Universitário de Brasília-UniCEUB como requisito parcial à conclusão do curso de Psicologia. Professor Orientador Dr. José Bizerril Neto.

Brasília
Dezembro, 2013

Folha de Avaliação

Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira

Processos de Subjetivação e Saúde Mental de Mulheres Negras: o impacto do racismo

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Bizerril Neto

Prof. Dra. Valéria Deusdará Mori

Prof. Dra. Joelma Rodrigues da Silva

Brasília

Dezembro, 2013

Dedico este trabalho à minha mãe Isa Cristina Britto Pinheiro que sempre apoiou minhas escolhas e me fortaleceu para que eu chegasse até aqui. À todas as mulheres da minha família e a todas as mulheres negras que me inspiram e se fazem presentes em minha trajetória de vida.

Agradecimentos

À minha grande inspiração, minha mãe Isa Cristina, pelo amor, amizade, segurança e incentivo que tem me dado todos os dias da minha vida.

À minha tia-avó Adelaide Nobre Britto pelo amor incondicional.

À minha avó Antoniêta Nobre Britto Pinheiro, à tia Raquel Nobre Britto, à tia Almira Nobre Britto e à tia Anita Nobre Britto pelos cuidados, amor, carinho e atenção que sempre me deram desde o dia em que nasci.

À todas tias e primas, mulheres maravilhosas, amores da minhas vida.

Ao meu avô, tios e primos que mesmo estando distante sempre manifestaram carinho por mim.

Ao meu orientador José Bizerril pela tranquilidade, incentivo, segurança, amizade e todo conhecimento que tem me transmitido para trilhar os caminhos da academia. Obrigado pelos ensinamentos taoístas que renovam minha energia.

À Professora Cynthia Ciarallo, primeira pessoa que me acolheu no curso de psicologia do UniCEUB e abriu meus olhos para os caminhos profissionais que eu poderia seguir. Obrigada pelo carinho e confiança.

Às queridas professoras Joelma Rodrigues e Valéria Móri pelas contribuições que inspiraram às minhas escolhas acadêmicas.

À Juliana Rodrigues por compartilhar seu conhecimento artísticos e experiências de vida que fortaleceram minha negritude e a escolha desse tema de monografia.

À Aline Maia e a Dina Araújo que me alegraram e estiveram tão presentes nos momentos de construção desse trabalho.

Às minhas entrevistadas, agradeço pela generosidade de aceitarem compartilhar suas experiências de vida.

À todas as amigas e amigos, amores e companheiras que estiveram por perto nesse momento de produção e transmitiram energias positivas.

E à todas as pretinhas que fortalecem diariamente a luta antissexista e antirracista.

*Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
"Por acaso sou negra?" – me disse
SIM!
Me gritaram negra (Victoria Santa Cruz)*

Resumo

Ao considerar a psicologia uma ciência e profissão que tem sua atuação marcada pela compreensão dos processos de subjetivação, o objetivo deste trabalho é problematizar o posicionamento dessa área do conhecimento frente a temática das questões étnico-raciais e refletir sobre o impacto do racismo no processo de subjetivação e na saúde mental de mulheres negras. A partir do método da história de vida realizei entrevistas abertas com psicólogas negras, a fim de compreender seus respectivos processos de subjetivação e identificação. Tendo por referência o debate teórico contemporâneo interdisciplinar sobre identidade e racismo entendo que as identidades são processos simultâneos de identificação e interpelação. No caso das identidades raciais, o que está em foco é a positividade de uma identificação com um referencial legítimo, em confronto com a interpelação racista que situa as pessoas negras em uma posição de inferioridade e inadequação.

Sumário

Introdução.....	9
1. Racismo: um enquadre conceitual	15
2. A psicologia brasileira frente ao racismo	22
3. O impacto do racismo sobre a saúde mental de mulheres negras	29
4. Método.....	35
5. Narrativas autobiográficas de três Mulheres Negras Psicólogas: uma análise	39
Considerações Finais	59
Referências.....	62
Anexo	68

INTRODUÇÃO

*"Que coisa é ser negra?"
Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.
Negra!
E me senti negra,
Negra!
Como eles diziam
Negra!
E retrocedi
Negra!
Como eles queriam
Negra!
(Victoria Santa Cruz)*

Estudar os processos de subjetivação do/a negro/a no Brasil significa refletir sobre os impactos do racismo sobre a população afrodescendentes em uma sociedade pós-colonialista¹ onde historicamente são vivenciadas contradições diante das discussões sobre relações raciais.

A formação histórica do Brasil é marcada por uma série de práticas desumanas que se iniciaram no período colonial com as ações cruéis dos senhores patriarcas, e continuam até os dias de hoje com as hierarquizações de gênero, raça e classe que consolidam políticas segregacionistas e fortalecem estereótipos formadores de preconceito e discriminação dirigidos especificamente à população que não corresponde ao padrão branco, masculino, eurocêntrico e heteronormativo. Essa estrutura violenta faz parte do que reconhecemos como identidade brasileira (SOUSA, 2013).

Políticas nacionais como o mito da democracia racial e a ideologia da mestiçagem – com a intenção de “melhoramento genético” e/ou o branqueamento da população – tentaram negar a presença de diferenças raciais e até extinguir a existência de pessoas negras no Brasil (COSTA, 2001). Essas ideologias influenciaram negativamente a construção da identidade da população negra que rejeitou seu pertencimento racial visto que para ter oportunidades de ascensão social era necessário embranquecer-se. Além disso, em razão da colonização cultural, muitos negros/as usaram e usam ferro quente, pastas, alisantes e outros produtos químicos, construindo-se um ideal negro associado a uma suposta harmonia estética das sociedades ocidentais brancas (SANTOS, 2000).

Dessa forma, negros e negras afastaram-se de seus fenótipos – através das diversas tecnologias de modificação corporal e ao utilizar-se de roupas/acessórios que não fossem de

¹ Teóricos como Fanon (2008) e Hall (2001,2003,2011) são autores que fazem parte dos estudos pós-coloniais.

origem africana – tornaram-se “morenos” como forma de se afastar do que era visto como “ruim”, “feio” e “inferior”. Cabelos alisados, narizes afilados, roupas europeias e americanas, religião católica e protestante, tudo que se afastasse das tradições culturais afro foi incorporado por muitos/as negros/as em busca da ascensão e aceitação social.

No enfrentamento dos ideais de cunho racista, a luta do movimento negro brasileiro tem conduzido à recuperação da identidade de matriz africana com a crescente valorização da "consciência racial", o que se mostra, por exemplo, na valorização dos cortes, trançados e penteados afros, como repúdio ao alisamento. A imagem do cabelo natural passou a ser reverenciada como aquela que se contrapõe ao cabelo liso e que estaria em consonância com uma nova mentalidade do "ser negro/a" (SANTOS, 2000). Ainda segundo Santos (2000), ter um cabelo mais "natural"², portanto, se torna relevante na produção de uma linguagem simbólica de diferença em relação ao cabelo liso ocidental.

Além desse avanço na afirmação da identidade racial negra, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram um crescimento da proporção da população que se declara preta³ ou parda⁴ nos últimos dez anos: respectivamente, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009 (IBGE, 2010).

Porém, as marcas geradas por 400 anos de escravidão, continuam arraigadas e visíveis na estrutura social brasileira, como mostram uma série de indicadores do Censo de 2010, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre estes: o analfabetismo, o analfabetismo funcional, o reduzido acesso à educação, os aspectos relacionados aos baixos rendimentos, a posição na ocupação e os arranjos familiares com maior risco de vulnerabilidade.

Não é difícil perceber, por exemplo, que a maioria das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica – em subempregos (catadores de papel e camelôs), trabalhando como garis, empregadas domésticas e faxineiras, operários de construção civil, motoristas, além de guardadores de carros e pedintes nas ruas – são negras. Esclareço neste trabalho, que negros/as são as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos

² No sentido de cortes de cabelo e penteados que valorizem as características do cabelo crespo, em vez das práticas convencionais de embelezamento que investe no alisamento e na mudança de textura dos cabelos.

³ Os movimentos sociais tem preferido o termo negro, contudo, os dados estatísticos utilizam a categoria preto.

⁴ O número de indivíduos que se reconhece com a classificação de cor/raça parda pode ser entendido como um problema político de não se reconhecer como negro, mas também a complexidade das classificações culturais brasileiras de raça/cor.

demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); pois, conforme Sales Augusto dos Santos (2002 *apud* GOMES, 2012, p. 39-40):

os dados estatísticos produzidos por instituições públicas brasileiras, como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco.

A realidade social brasileira mostra que é ínfima (ou mesmo não há) a ocupação de negros/as em cargos como bispos, banqueiros, juízes, parlamentares, professores universitários e diplomatas, entre outros exemplos de posições sociais prestigiosas, pois o fator cor da pele ainda determina limites, a partir de uma identificação quase que “natural” da posição social (SCHAEBER, 2008).

Diante disso, Segato (2005) fala da importância político-social das cotas raciais por ser uma proposta que pode provocar uma mudança de percepção sobre o/a negro/a, pois a partir dessa política, estes passam a ser vistos em outros cenários como o da vida universitária, e posteriormente em posições sociais e profissões de status.

Apesar dos avanços 13,3% dos pretos e 13,4% dos pardos, contra 5,9% dos brancos, são analfabetos. O analfabetismo funcional afeta mais aos pretos (25,4%) e aos pardos (25,7%) do que aos brancos (15,0%). A população branca de 15 anos ou mais de idade tem, em média, 8,4 anos de estudo em 2009, enquanto pretos e pardos têm, igualmente, 6,7 anos. Enquanto cerca de 2/3, ou 62,6% dos estudantes brancos estão no ensino superior (em 2009), os dados mostram que há menos de 1/3 para os outros dois grupos: 28,2% dos pretos e 31,8% dos pardos. Em relação à população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído, a PNAD (2009) mostra que a quantidade de pessoas que têm curso superior completo é hoje cerca de 1/3 em relação a brancos, ou seja: 4,7% de pretos e 5,3% de pardos contra 15,0% de brancos têm curso superior concluído nessa faixa etária.

A desigualdade entre brancos, pretos e pardos se revela também no que tange o “empoderamento”, relacionado ao número de pessoas em posições privilegiadas na ocupação. Na categoria de empregadores, estão 6,1% dos brancos, 1,7% dos pretos e 2,8% dos pardos em 2009. Ao mesmo tempo, pretos e pardos são, em maior proporção, empregados sem carteira e representam a maioria dos/as empregados/as domésticos/as. Os dados continuam por apresentar estatisticamente a persistente situação de desigualdade que sofrem os grupos

historicamente desfavorecidos entre os níveis apresentados pela população branca, de um lado, e as populações preta ou parda, do outro (IBGE, 2010).

Mulheres e homens negros apresentam os maiores níveis de desemprego. Em 2007, a taxa de desemprego para negras é de 12,4%, e 9,4% para as mulheres brancas, comparada a 6,7% para os homens negros e 5,5% para os homens brancos (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Com relação à saúde, cabe aqui ressaltar a condição das mulheres negras – em sua maioria, dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados mostram que no Brasil, 36,4% das mulheres nunca fizeram o exame clínico de mamas, sendo que entre as brancas a proporção é de 28,7% e entre as negras a proporção sobe para 46,3%. Segundo o IPEA tais dados poderiam ser explicados por uma menor educação formal e menores rendimentos da mulher negra. No entanto, mesmo entre as mulheres que têm mais de 12 anos de estudos, as desigualdades permanecem: 10,5% das mulheres brancas e 18% das negras nunca fizeram exame clínico de mama (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Segundo dados da PNAD (2008), estes números apontam também para desigualdades na qualidade de atendimento aos/as negros/as relacionadas a práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho nas instituições de saúde, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas. O racismo institucional foi oficialmente reconhecido pelo Ministério da Saúde no II Seminário de Saúde da População Negra, realizado de 18 a 20 de agosto de 2004. Nesse encontro, foi exposto que a taxa de mortalidade das mulheres negras de 10 a 49 anos por complicações na gravidez, parto e puerpério, foi 2,9 vezes maior que a apresentada pelas mulheres brancas, visto que as mulheres negras têm menos chances de passar por consultas ginecológicas completas, consultas de pré-natal e exames pós-parto.

Em suma, as estatísticas apresentadas indicam que o problema do racismo tem implicações objetivas graves, que vão muito além do mero preconceito. Há uma marca visível na desigualdade socioeconômica, no acesso aos direitos e serviços básicos e nas condições de vida. E ainda pouquíssimos/as negros/as em posições de comando, em ocupações de prestígio, nas universidades e com alta remuneração em diferentes profissões. Esses dados nos permitem reconhecer as permanências das mazelas deixadas pelo regime escravocrata no contexto vivido por essa população.

Diante desse cenário é necessário problematizar o silenciamento das questões sobre raça e etnia na área da psicologia, uma ciência e profissão que tem sua atuação marcada pela compreensão da subjetividade humana, principalmente no campo da clínica. Termos como

autoestima⁵, aqui e agora (Gestalt-terapia), comportamento operante (B. F. Skinner), complexo de Édipo (S. Freud), potencial de crescimento (Psicologia Humanista), entre outros que buscam entender os fenômenos humanos por teorias psicológicas, são estudados e levados à prática no Brasil sem considerar e discutir o passado de 400 anos de escravidão no país e a existência de indivíduos que ainda hoje carregam as marcas de séculos de escravização ao sofrerem com a discriminação, o preconceito racial e a exclusão social.

As cotas nas universidades, as políticas de ações afirmativas, o Estatuto da Igualdade Racial, a implantação de Secretarias de Promoção da Igualdade Racial e da Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra, são ações que mostram o reconhecimento do racismo e da desigualdade racial no país, fruto das lutas do movimento negro pela promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo velado e silencioso da nossa sociedade. Essas políticas começam a transformar as relações entre os diversos segmentos da população brasileira, principalmente a população negra.

Nesse sentido, se faz relevante o envolvimento da psicologia no campo político, profissional e acadêmico para a superação da sua condição elitista (em particular, de práticas racistas) e na responsabilização ética pelos impactos do racismo sobre as dimensões psíquicas e sociais de homens e mulheres negros/as. Também se faz importante repensar o discurso psicológico num contexto racializado onde há impactos na vida da população negra devido ao processo de negação das origens de matriz africana, instalada “pela ideologia do branqueamento”. Assim, é imprescindível fomentar as discussões sobre raça dentro da psicologia brasileira, pela pouca produção de trabalhos na área científica sobre essa temática e como forma de contribuir para uma maior visibilidade e reflexão dos efeitos psicossociais do racismo como fatores de sofrimento psíquico.

Por fim, este trabalho se propõe a refletir sobre o impacto do racismo sobre os processos de subjetivação da população negra, com foco na experiência subjetiva de mulheres negras, e ainda problematizar de que forma a psicologia brasileira tem se posicionado frente a temática das relações étnico-raciais.

⁵ A literatura aponta as ideias de alguns autores para a definição do construto autoestima, “tais como a forma como o indivíduo elege as suas metas, na visão de W. James, a aceitação de si mesmo em A. Adler, a importância do outro significante enfatizado por C. H. Cooley e G. H. Mead, e a autenticidade do eu em K. Rogers. Cada um destes autores contribuiu para a compreensão do conceito de si mesmo e para a definição da auto-estima como o aspecto valorativo e afetivo. O conceito de autoestima tem sido estudado e considerado como um importante indicador da saúde mental ou bem estar psicológico” (GOBITTA E GUZZO, 2003, p. 143).

Ao problematizar a psicologia diante das questões raciais, considerei pertinente dar voz às psicólogas negras que são poucas, em uma profissão elitista e majoritariamente exercida por mulheres brancas.

No primeiro capítulo realizo a contextualização do tema dialogando com os conceitos de injúria racial, raça, racismo, processos identitário e de subjetivação, relevantes para a compreensão do impacto do racismo sobre a população negra. No segundo capítulo discuto o posicionamento da psicologia brasileira frente a essa temática e apresento algumas contribuições de psicólogos/as para os estudos étnicos-raciais. O terceiro capítulo pretende uma reflexão na percepção do racismo como fator de sofrimento psíquico com foco na saúde mental de mulheres negras. O quarto capítulo trata do método e dos procedimentos para a escolha das participantes e a realização das entrevistas, no quinto capítulo, analiso e discuto as histórias de vida de psicólogas negras. E por último, retomo nas considerações finais a importância dos estudos étnicos-raciais no ambiente acadêmico e o tema das repercussões psíquicas do racismo.

1. RACISMO: UM ENQUADRE CONCEITUAL

*E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenas minha carne tostada
E retrocedi
Negra!
E retrocedi . . .
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Neeegra!
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra!
E passava o tempo, e sempre amargurada
Continuava levando nas minhas costas
minha pesada carga
E como pesava!...
Alisei o cabelo,
Passei pó na cara,
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra
Negra! Negra! Negra! Negra!
(Victoria Santa Cruz)*

Neste capítulo apresento algumas reflexões importantes para se compreender o impacto do racismo sobre a construção identitária de pessoas negras. Para isso discuto o conceito de raça e de racismo, de injúria racial, de identidade e de processos de subjetivação.

Na luta contra o preconceito racial, vários/as intelectuais negros/as e inúmeras organizações da sociedade civil têm buscado afirmar a identidade negra e pressionar o Poder Público por mais políticas de ações afirmativas⁶. Mesmo não existindo instituições aparteidistas no Brasil (como há nos Estados Unidos), o preconceito de cor se mostra neste país através de um “racismo cordial⁷” engendrado no sistema político, econômico, social e cultural, onde ter pele escura pode afetar drasticamente de forma negativa a construção identitária e subjetiva de milhões de pessoas (DZIDZIENYO, 2008).

A partir do neocolonialismo do século XIX, a Europa Ocidental impôs-se aos povos de outros continentes como padrão de referência – o racismo fenotípico alcançou dimensões globais, operando fortemente sobre a construção identitária de alguns povos. Segundo

⁶ Por Ação Afirmativa entende-se “o conjunto de políticas públicas adotadas com o objetivo de promover a ascensão de grupos socialmente minoritários, sejam eles étnico-culturais, sexuais ou portadores de necessidades especiais. Em síntese, a ação afirmativa tem como objetivo combater as desigualdades sociais resultantes de processos de discriminação negativa, dirigida a setores vulneráveis e desprivilegiados da sociedade” (PALMARES, 2010, s/p).

⁷ “No lugar do racismo declarado verbalmente desenvolve-se no Brasil uma forma de discriminação contra os não brancos, que se caracteriza por uma polidez superficial que camufla atitudes e comportamentos discriminatórios, expressando-se ao nível das relações interpessoais através de atitudes informais. É o racismo cordial, tipicamente brasileiro, que se manifesta nas relações privadas e se camuflam em suposta tolerância pública” (PACHECO, 2011, p.1).

Carvalho (2008), a característica mais expressiva desses corpos europeus tidos como referência, foi incontestavelmente a cor da pele, e posteriormente (com o percurso da ocidentalização), a textura do cabelo, formato dos lábios, nariz, face, olhos, entre outras.

É importante evidenciar que o Brasil é uma nação que se formou com a escravização de parte da população e não de todos. Vieram povos das regiões da África meridional - hoje Congo, Angola, Moçambique, Zaire - e da costa da África ocidental - a Nigéria, o Níger e Golfo do Benin -, trazidos por navios negreiros como mercadorias. Essas pessoas foram chamadas de negros, identidade originária da sociedade escravocrata brasileira, nesse contexto o conceito de raça começa a ser utilizada para demarcar as posições sociais (GUIMARÃES, 2003).

Para Segato (2005), as posições estruturais de status revelados na marca étnica ou racial têm rosto; a negação da identidade de matriz africana nos leva a compreender que o conceito de raça assumido no contexto brasileiro nada tem a ver com supostas diferenças biológicas, e sim com uma classificação de pessoas a partir de marcas corporais, como forma de hierarquizar grupos humanos ao manter privilégios pra uns e inferiorizar e discriminar outros. Argumento semelhante é feito por Louro (2004), considerando as marcas corporais que definem não apenas as desigualdades raciais, mas também de gênero, classe e orientação sexual.

Portanto, as diferenças culturais e biológicas operam simultaneamente como duas lógicas do racismo. A primeira, sobre o discurso étnico fundado nas diferenças culturais e religiosas; e a segunda, sobre a utilização do termo “raça” através de um discurso biologizante que alcança dimensões sociais. No discurso biológico, as diferenças genéticas são “materializadas” a ponto de poderem ser reconhecidas através de marcas corporais como a cor da pele, o cabelo, as feições do rosto, o tipo físico, etc (HALL, 2003). Nesse sentido, segundo Carvalho (2008, p.2):

(...) seres humanos, queiram ou não, são cada vez mais tratados de acordo com as características fenotípicas da sua pele. Em primeiro lugar, os não-brancos são tratados de um modo negativo e desqualificador pelos brancos; e, logo, os próprios não-brancos introjetam essa inferioridade fenotípica e passam a organizar suas vidas de acordo com a rejeição à ausência de brancura e também segundo seu esforço por emular essa mesma pretensa brancura.

Sendo assim, entendo aqui a noção de “raça” como uma categoria discursiva construída no âmbito político e social “em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 69). Neste

conceito também é possível ver as tentativas de justificativas genéticas e biológicas para as diferenças sociais e culturais como forma de legitimar a exclusão racial, nesse caso, “a biologia é o destino” - transformando a diferença racial em “fato fixo e científico” (HALL, 2003, p. 69).

Devido ao curto tempo de existência das ações afirmativas, conquistadas através da luta do movimento negro, ainda não foi possível visualizar os resultados que estas políticas pretendem: a diminuição da desigualdade e da discriminação racial. Porém, o valor destas ações está em mostrar que a cor da pele e outras características físicas mais do que símbolos, mascam na materialidade dos corpos privilégios ou desumanização. Além disso, atualmente, o discurso da mestiçagem tem refletido na controvérsia entre a autodeclaração de cor/raça e o reconhecimento enquanto tal por parte do grupo. Esse conflito se faz presente principalmente quando falamos de ações afirmativas para a população negra. Ser reconhecido como negro, pardo, branco ou não, é uma disputa entre diversos atores sociais, uma das várias controvérsias que marcam a própria constituição de grupos sociais, no caso, a população negra concebida como coletivo: “o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele” (LATOURE, 2012, p. 5).

Segundo Peter Wade (2003,1997 *apud* DZIDZIENYO, 2008), os valores coloniais que privilegiam as pessoas de pele clara ainda persistem na realidade atual, e fundamentam-se na “glorificação nacionalista da mestiçagem, como processo democrático que conduz à harmonia racial, oculta práticas racistas e até mesmo genocidas de branqueamento” (p. 211). O discurso oficial da miscigenação racial e da harmonia entre as diferenças raciais podem ser vistas como um dispositivo biopolítico que atribui valores negativos aos referenciais simbólicos afrodescendentes e de suas conexões com a origem africana. Tais discursos encontram sua expressão biopolítica no eugenismo e no racismo através de uma seleção, ou miscigenação cruel e discriminatória, “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (ROCHA, 2010, p. 5).

O racismo à brasileira, pode ser vista através dos discursos e práticas de embranquecimento que vem acontecendo há mais ou menos 125 anos, onde está implicada a recusa de referenciais simbólicos africanos e a interiorização de padrões culturais brancos, eurocêntricos. Assim, como consequência da miscigenação e da invisibilidade de referenciais

afro surge o termo crioulo⁸, posteriormente a cor parda⁹, e ainda, mais atualmente temos a cor morena¹⁰, seu uso tem sido feito de forma a recusar o termo negro, que foi ao longo dos tempos associado a estereótipos negativos.

Sendo assim, a recusa de apresentar-se como negro, ou a alternativa de apresentar-se como moreno, para não ser negro origina-se, segundo Elisa Larkin Nascimento (2003), com o ideal de branqueamento, da reação ou medo de referenciais africanos por parte da elite branca brasileira. Portanto, o processo de embranquecimento continua sendo uma tentativa de “mostrar” as pessoas negras o que é ter sucesso, privilégios e inteligência, através da brancura.

A incorporação de valores da cultura branca está associada a ascensão social do/a negro/a. O indivíduo negro que tem acesso a uma boa educação, informação, tecnologia e uma boa situação financeira, é visto pela classe dominante como um “negro de alma branca”, pois se distancia da cultura negra percebida como práticas pertencentes ao cotidiano das pessoas de renda baixa.

Segundo Neuza Santos (1983) os/as negros/as que ascendem socialmente, ou seja, que participam do “mundo dos brancos” onde a ideologia da harmonia racial está implícita, vivem um drama psicológico, pois ao mesmo tempo que admiram as características de matrizes eurocêntrica, se afastam das identidades de matriz cultural afro, e assim nutrem um sentimento de baixa autoestima e inferioridade por si mesmos. Ou ainda, aqueles que ascenderam socialmente e que passaram a assumir ainda mais sua negritude são considerados negros/as exóticos/as.

⁸ “O sistema lingüístico escravocrata permitia rearranjos conceituais e indicava uma flexibilidade do uso de categorias no Brasil colônia. No Brasil do século XIX e anterior, chamava-se de crioulos os escravos filho de mãe africana nascido no âmbito da sociedade colonial diferenciando-os daqueles nascidos na África” (SANTOS, 2005, p. 118).

⁹ “Inicialmente, "pardo" foi a designação usada para classificar racialmente os escravos de pele mais clara, sinalizando uma ascendência europeia de alguns deles. Porém, com o crescimento de uma população livre de ascendência africana, o termo teve sua significação ampliada. A categoria de "pardo livre" passou a englobar essa crescente população de origem africana, não necessariamente mestiça, mas já dissociada da escravidão por algumas gerações, para a qual os termos "crioulo" ou "preto", que remetiam diretamente à escravidão ou à recente alforria, não eram pertinentes. Portanto, o termo "pardo" remetia à uma ascendência africana, mestiça ou não, que remarcava uma diferenciação social entre o grupo cujos ancestrais já haviam se libertado da escravidão há algumas gerações e o grupo de escravos ou libertos recém saídos do cativoiro, para os quais os termos "crioulo" ou "preto" eram mais empregados” (MATTOS, 2004. p 15).

¹⁰ “O(a) moreno(a) dificulta a visualização e explicitação do racismo à brasileira. Ser moreno é, sobretudo, não usar o preto, não usar o negro” (DAMATTA, 1987, p. 62 *apud* RIBEIRO, 2010, p.69).

Nesse sentido, para Fanon (2008), o preconceito de cor surge a partir da relação violenta e desumana de opressores sobre os povos oprimidos, e do ressentimento e sentimentos de inferioridade dos povos antes colonizados, pois, na maioria das culturas que se produziram na violência do encontro colonial, o negro representa, o lado negativo, sombrio, ruim, a magia negra, as trevas, a lista negra, o sujo; e o branco, a luz, a salvação, o belo, o clarear da vida. A experiência de hegemonia europeia e colonização operou uma sobreposição entre a simbólica que opõe luz e trevas – algo antigo e presente em outros contextos – à oposição racial, entre corpos brancos e negros.

Isso nos mostra que a linguagem cotidiana e as representações visuais hegemônicas nos ensinam a ver o corpo branco ocidental como objeto de desejo universal e referência “incontestável”. Através da pedagogia dos corpos efetivada nas relações discursivas, ocorre a dominação simbólica e representações socialmente legitimadas, que atribuem ao indivíduo negro e/ou a raça negra um lugar inferior naquelas culturas que foram tocadas pelo eurocentrismo.

Dessa forma, vemos que a linguagem anuncia quem somos. O teórico, francês Eribon (2008) ao citar Judith Butler (1997) elucida que a linguagem já está no mundo antes de chegarmos, e representa por palavras as hierarquias sociais, sexuais e raciais construídas ao longo da história. Como há hierarquias, as injúrias se fazem presentes como marcador identitário, que fabrica, propaga, ou legitima quem está na base e quem são os privilegiados, as diferenças entre “normais” e os estigmatizados, “me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou” (p. 29).

A injúria não é apenas uma fala que descreve. Ela não se contenta em me anunciar o que sou. Se alguém me xinga (...) de negro nojento, ou até, simplesmente (...) de negro, ele não procura me comunicar uma informação sobre mim mesmo. Aquele que lança a injúria me faz saber que tem domínio sobre mim, que estou em poder dele. E esse poder é primeiramente o de me ferir. De marcar a minha consciência com essa ferida ao inscrever a vergonha no mais fundo da minha mente. Essa consciência ferida, envergonhada de si mesma, torna-se um elemento constitutivo da minha personalidade. Assim, poderíamos analisar a palavra injúria como um “enunciado performativo” segundo a definição dada por J.L. Austin. (...) (ERIBON, 2008, p.28-29)

Na injúria à brasileira, sentimos o peso da melanina quando somos interpelados por discursos políticos, jurídicos, psiquiátricos e por estruturas sociais que se fazem visíveis quando a porta do banco trava, quando somos confundidas/os com funcionárias/os de estabelecimentos aos quais comparecemos como consumidoras/es, ou quando homens negros de gravata e paletó são vistos apenas como motoristas ou seguranças, quando um olhar nos

acompanha durante toda a nossa compra em um shopping ou em um supermercado, ou quando algumas balas perdidas encontram nossos corpos. Assim se expressa o que chamamos de racismo cordial que tem a função de interpelar negros e negras, atribuindo-nos coletivamente um lugar de inferioridade.

Portanto, partindo da compreensão que o indivíduo negro tem uma história singular em seu modo de subjetivar-se dentro de uma sociedade que o interpela constantemente, ao discutirmos os processos de inferiorização ao qual está sujeito, o coletivo se faz presente, o sujeito negro não está mais sozinho, mas acompanhado por uma população que é impactada pelas mesmas estruturas sociais racistas (ERIBON, 2008). Nesse sentido, apesar de inicialmente ter pensado no conceito de subjetividade para essa pesquisa achei mais adequado falar aqui dos conceitos de identidade(s) e processos de subjetivação assim como a literatura sobre o tema vem trabalhando.

Os processos de subjetivação são os resultados da autoidentificação e da interpelação, de conflitos entre o subjetivar-se livremente por uma imagem com que se identifica e de constituir-se ao sujeitar-se ao mundo das injúrias, ao ser representado pelos outros por uma imagem desfavorável (ERIBON, 2008; HALL, 2011). De acordo com Swain (2008, p.12) “o processo de subjetivação, a construção de si nos permite adentrar as formas de sujeição coercitivas no social e nas próprias práticas de si em termos de autoimagem, auto representação, percepção de si e de outrem”.

Ainda parafraseando Swain (2008, p.12) quando esta explica os modos de subjetivação das mulheres, podemos dizer que, os processos de subjetivação de pessoas negras é flexionado por um dispositivo racial, composto de traços enunciados enquanto valores específicos. “O processo de subjetivação, portanto, não se faz em busca de si, mas do outro, em um quadro histórico, que lhe dá significação”.

Dessa forma a construção identitária de alguns grupos sociais, como a mulher, negros/as, gays, transexuais, deficientes físicos etc. se dá a partir do “assujeitamento” às interpelações do social. Segundo Swain (2008, p.12) ao citar Foucault (1994), o “assujeitamento”, seria:

a resposta individual à interpelação do social que cria as identidades e a identificação a um grupo, definindo sua inserção no espaço societal, (...) que depende em grau e medida dos processos de subjetivação, que são, segundo Foucault, “[...]maneira pela qual um ser humano se transforma em sujeito” (1994: 223) Não há, portanto, nesta perspectiva, uma dicotomia entre o individual e o social, mas uma interferência, uma construção contínua e recíproca.

Na concepção de sujeito pós-moderno de Hall (2003), as identidades são dinâmicas, em constante transformação e construídas historicamente. Não apresentamos apenas uma identidade, elas várias identidades, são deslocadas, contraditórias, contextualizadas, fragmentadas, coexistindo na mesma pessoa, são construídas de acordo com as identidades sociais que envolvem o gênero, a sexualidade, raça, classe social, idade, etc., varia a depender da posição que os atores sociais se encontram posicionados dentro do espaço-tempo. “À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente” (p.2).

Resumindo, ao falar de identidades, não se trata de essências, mas sim de processos simultâneos de identificação e interpelação. No caso das identidades raciais, o que está em foco é a positividade de uma identificação com um referencial legítimo, em confronto, com a interpelação racista que situa as pessoas negras em uma posição de inferioridade e inadequação.

2. A PSICOLOGIA BRASILEIRA FRENTE AO RACISMO

*Negra! Negra! Neeegra!
Até que um dia que retrocedia , retrocedia e que ia cair
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra!
Negra! Negra! Negra!
E daí? E daí?
Negra!
Sim
Negra!
Sou
(Victoria Santa Cruz)*

Considerando a invisibilidade das discussões sobre a temática das questões étnico-raciais dentro das ciências psicológicas, pretendo neste capítulo, apresentar algumas contribuições da psicologia brasileira com relação aos processos de subjetivação da pessoa negra dentro de uma sociedade pós-escravocrata constituída pela desigualdade racial.

Apesar da existência da miscigenação genotípica, é a presença do racismo fenotípico que diferencia o preconceito racial no Brasil de outras nações. Este se faz visível principalmente nos casos de racismo institucional e nas estatísticas (PNAD e IBGE) que mostram as desvantagens sociais de quem tem a pele negra quando comparadas a realidade das pessoas não-negras.

Frente a essa estrutura desumana e violenta, a psicologia brasileira dentro da sua especificidade, tanto na prática quanto na produção de conhecimento, poderia contribuir mais no enfrentamento dos efeitos psicossociais do racismo sobre a população negra.

Porém, é importante entender que a história da psicologia é marcada por práticas pautadas em concepções eugenistas, higienistas e racistas, e que ainda hoje esta ciência omite-se diante de questões sobre raça e etnia (BOCK, 2002). Como nos mostra um levantamento realizado por Ricardo Franklin Ferreira do Núcleo de Psicoterapia Cognitiva de São Paulo (*apud* BACELAR e CAROSO, 2007), de todos os artigos de periódicos brasileiros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre-docência de psicologia das bibliotecas da USP E PUC de São Paulo, a partir do ano de 1987 - num total de 4.911 trabalhos -, foram encontrados apenas 12 que incluíam a temática afrodescendente (sobre matrizes africanas, preconceito contra o negro, discriminação racial, identidade racial, etc.). Sendo sete artigos de revistas, duas dissertações de mestrado e três teses de doutorado, das quais apenas três trabalhos foram publicadas.

Se por um lado o Estado brasileiro vem aos poucos reconhecendo as lutas políticas do movimento negro através da implementação de políticas afirmativas e da lei contra o racismo, por outro lado, segundo o psicólogo Marcus Vinicius de Oliveira Silva (2002, p. 99), algumas questões devem ser repensadas na psicologia:

Por que a psicologia brasileira nunca ouviu essa demanda explicitamente formulada pelos movimentos negros, quase como um pedido de socorro, no sentido de colocar o seu saber e a sua prática a serviço da elucidação dos liames que nos aprisionam, como sociedade, nesse covarde e cruel sistema racista dissimulado? Por que a Psicologia nunca se interessou em elucidar os intensos processos de sofrimento mental impostos aos afrodescendentes, em sua experiência de ter que se identificar com uma condição predefinida como negativa ou inferior?

Nesse sentido, vemos a importância desse tipo de discussão enquanto uma pauta de Direitos Humanos, entre os diversos profissionais da psicologia brasileira, em seus campos de atuação, pois estes parecem conviver com manifestações explícitas e implícitas do racismo no cotidiano, sem muita reflexão sobre o assunto, com um olhar sobre os indivíduos como se fossem fruto de uma mesma história, o que seria uma concepção equivocada diante da trajetória individual e cultural dos diversos sujeitos que compõem essa sociedade.

É preocupante o silenciamento desse tipo de discussão nas instituições de formação, pesquisa e profissão de psicólogos, até porque isso se reflete nos ambientes de intervenção da prática profissional, onde o sujeito negro na maioria das vezes é responsabilizado pelo racismo que sofre, e o tratamento dado aos aspectos subjetivos do cliente ou paciente tem como referência o sujeito branco, de classe média, heterossexual. Ao posicionar-se com indiferença em relação a este tema, a psicologia brasileira se exime da responsabilidade ética de refletir sobre as desigualdades raciais e do sofrimento psíquico da população negra, deixando então de reconhecer os processos de subjetivação dos indivíduos negros dentro de uma sociedade racista e fortemente influenciada pela história da diáspora africana. E conseqüentemente, corrobora a hierarquia racial que tanto exclui, segrega e desumaniza milhares de pessoas que são apontadas ou que se reconhecem enquanto negras (SILVA, 2001; FERREIRA e CAMARGO, 2011).

Diante disso, o Conselho Federal de Psicologia através da resolução de nº 018/2002 estabeleceu normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, a partir da compreensão que “o preconceito racial humilha e a humilhação faz sofrer”, esta resolução resolve que:

Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo.

Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.

Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Art. 5º - Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Art. 6º - Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

Mesmo com a existência dessa resolução, alguns profissionais têm demonstrado preocupação com a pouca visibilidade dessa temática, no que diz respeito ao âmbito da psicologia. Conforme foi visto no 1º Encontro Nacional de Psicólogos/as Negros/as e Pesquisadores/as sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (PSINEP), em 2010, os/as participantes, entre estes doutores/as, mestres, professores, estudantes, pesquisadores/as e outros/as profissionais da psicologia negros/as e não-negros/as, fizeram uma carta aberta onde apontam: o desinteresse da psicologia brasileira pela temática das questões raciais; suas práticas atuais demonstram omissão frente aos aspectos subjetivos decorrentes dos mecanismos de violência sistemática operada pelo racismo.

O II PSINEP com previsão para acontecer em 2014 tem como tema, 10 anos de uma resolução invisível, com a proposta de discutir os motivos da negação da existência do racismo por parte desses profissionais; o porquê de muitos ainda não conhecerem essa resolução; e ainda como psicólogas e psicólogos têm lidado com o sofrimento e a exclusão produzidas pelo racismo.

Portanto, tem se colocado frente a essa disciplina, o desafio de reconhecer que a pessoa negra, devido ao seu pertencimento étnico-racial, sofre os efeitos de uma desumanização de longa duração que vem desde a colonização. Nesse sentido, apresentarei algumas contribuições relevantes para este trabalho, feitas por pesquisadores/as e profissionais da psicologia brasileira que se interessam sobre o debate etnicorracial no campo da psicologia.

Um dos debates importantes para este trabalho tem sido levantado pela psicóloga Maria da Consolação André (2007), para refletir sobre os processos de subjetivação dos afro-brasileiros esta pesquisadora parte dos aspectos sociológicos da ideologia do branqueamento e dos aspectos psicológicos das relações socioculturais presentes na constituição das subjetividades.

Considerando que, “subjetividades não são substâncias em si mesmas, ao contrário, são construídas por meio das várias práticas sociais, gerando afetos e crenças que influenciam os potenciais de desenvolvimento biopsicossocial dos envolvidos” (ANDRÉ, 2007, p.159-160), a autora apresenta a relevância de se pesquisar as repercussões psíquicas oriundas do sistema escravocrata, como: “sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, sentimentos de vergonha, de culpa, de humilhação e medo” (p.166) para entender os sofrimentos psíquicos e outras dificuldades da população negra. Através da escuta dessas experiências, a psicologia em seus campos de atuação, poderá refletir sobre as relações entre negros e não-negros inseridas na ideologia da supremacia da raça branca, e assim contribuir na produção de conhecimento acerca desse assunto.

A psicóloga Maria Aparecida da Silva Bento (2003) aponta que muitas pesquisas colocam o processo de branqueamento apenas como um problema do negro, enquanto que o lugar do branco nesse debate é silenciado. Por isso, chama atenção em seus trabalhos para a importância de começar a desresponsabilizar o negro nessa busca de identificação com o branco, e focalizar mais as pessoas brancas, que só aparecem nos estudos como alvo de inveja ou de referência simbólica hegemônica. Esta autora mostra que seria importante que os próprios brancos se interessassem mais nas consequências da escravidão, já que saíram dessa com uma “herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo” (p. 27).

Naturalizou-se uma espécie de solidariedade entre pessoas brancas, podemos ousar até intitular tal mecanismo de corporativismo étnico, no sentido que muitas vezes os brancos ao tratar do tema da discriminação racial, não se reconhecem como o grupo privilegiado pela branquidade - mesmo quando se fala de brancos em situação de pobreza - pois constantemente tentam justificar o problema das desigualdades raciais como uma dimensão do social, e ainda recusam as ações afirmativas desqualificando-as como racista às avessas. Esse tipo de posicionamento se faz por interesses político, econômico e ideológico (BENTO, 2003).

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana (BENTO, 2003, p. 30).

Segundo Marcus V. Silva (2002), a luta do movimento negro brasileiro tem mostrado a necessidade do enfrentamento ao racismo através das dimensões subjetivas que o mantêm. A emergência de aspectos coletivos e individuais que afirmam positivamente a identidade

negra, também chamado de consciência negra, coloca em pauta a importância da discussão de noções psicológicas, como a autoestima, complexo de inferioridade, liberdade, autoconceito, entre outros, dentro de um contexto que venha a contribuir com a superação da produção de uma subjetividade branca que discrimina e deslegitima características de matrizes africanas. Ainda dentro desse posicionamento, segundo Ferreira e Camargo (2011), afrodescendentes são alvos constante de ideologias que, para valorizar positivamente a incorporação de aspectos culturais e discursos construídos pela sociedade branca, desqualificam a herança cultural de origem africana, construídos há milênios.

Dessa forma, Ferreira e Camargo (2011), enfatizam em seu trabalho os processos de identificação da pessoa negra nas situações cotidianas, principalmente em ambientes como a família e a escola, ou seja, instituições onde padrões sociais dominantes e discursos hegemônicos são continuamente reproduzidos e mantidos, em detrimento da construção de relações mais harmônicas baseadas na valorização das diferenças. Nessa discussão, a instituição escolar é entendida como um ambiente despreparado em sua prática para lidar com a diversidade étnica brasileira. Ainda um grande problema está na resistência por parte de professores/as e alunos/as, com relação a isto, principalmente em função da associação feita pela população evangélica entre Afrocultura, feitiçaria e o Diabo.

Acredita-se que através da valorização das histórias da população negra, da religião e de outras características de origem africana, na educação formal (e ao meu ver também na educação informal), é possível reverter essa postura.

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 pode ser vista com uma medida que, se implementada de forma adequada, poderá favorecer a mudança de postura apontada por Ferreira e Camargo (2011). Pois essa lei é uma política afirmativa que propõe através do ensino da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, a valorização do negro e o fim do embranquecimento cultural do sistema escolar brasileiro. Já com relação as mudanças e contribuições no âmbito da psicologia os autores ressaltam:

A psicologia brasileira (...) deve desenvolver estudos que, se não diretamente voltados para as questões do afrodescendente, pelo menos assumam como relevantes as variáveis etnicorraciais, visando a diminuir o risco de legitimar a discriminação. Talvez assim seja possível, no futuro, construir uma sociedade em que as pessoas dela participantes, sejam elas negras ou brancas, possam desenvolver uma subjetividade aberta para as diferenças, para as especificidades do outro e, em decorrência, uma emocionalidade que as leve a sentir prazer em se deparar com o diferente – um diferente que seja não uma ameaça por ter uma verdade diversa, mas uma fonte de riqueza, exatamente por ter uma verdade diversa, um companheiro

com o qual possam se sentir solidárias. Assim, é muito importante que haja trabalhos voltados para a população afrodescendente, pois poderão fornecer elementos para o favorecimento de estratégias de reversão dos problemas sofridos pelos indivíduos que dela fazem parte, o que evidentemente é função da Psicologia (FERREIRA E CAMARGO, 2011, p. 388).

A pesquisadora Rosa Maria Rodrigues dos Santos (2003), analisa o caso de L.: uma criança de 9 anos, pequena, cabelos encaracolados, com cor de pele negra, que é, sem dúvida, socialmente tratada como negra em função do modo pelo qual o sistema de classificações raciais brasileiro lê seu fenótipo. Mas, ainda assim, refere-se a si mesma como sendo loira. A autora aponta em sua reflexão, a necessidade de se propiciar espaços sociais adequados para os processos de subjetivação de crianças negras, para que elas possam ter uma vivência etnicorracial positiva, onde se produzam representações valorativas das características fenotípicas da sua raça. De modo muito evidente, o caso de L. mostra as marcas e conflitos ligados à sua origem racial. Filha de mãe negra e pai loiro, sofreu graves alterações em seu desenvolvimento psicoafetivo e foi diagnosticada na fronteira entre neurose e psicose.

Na apresentação desse caso, a autora conta sobre o processo terapêutico de L., chamando atenção para a importância de enfatizar a relação dos sintomas com a história do sujeito e de sua família. Na trajetória dessa criança estão as “histórias que antecederam a sua existência, e que nela interferiram estruturalmente: os “não-ditos” presentes em heranças e errâncias (...)” (SANTOS, 2002, p. 129).

Para concluir este capítulo gostaria de citar a obra *Tornar-se Negro*, de Neusa Santos Souza (1983), considerada por diversos/as autores/as aqui citados/as, uma das primeiras e principal referência do debate da questão racial na Psicologia. Em seu livro, a autora reflete sobre os problemas emocionais de negros e negras diante da negação da sua própria cultura, cor e corpo físico no processo de ascensão social. Apoiada em sua experiência como mulher negra e psicanalista, ela procura com base na teoria do complexo de Édipo (tensão entre Ego, Superego e Ideal de Ego), explicar o “preço” que as pessoas negras pagam para ascender socialmente em uma sociedade branca. É a partir desse confronto de autonegação da identidade negra e das exigências de identificar-se com um modelo branco que o negro vivencia sentimento de culpa, inferioridade, insegurança, vergonha e autodesvalorização. Diante da importância da construção de um conhecimento sobre a vida emocional do negro Souza (1983, p. 17-18) escreve:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas

alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

Outras contribuições em torno do tema das questões raciais tem sido debatidas na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho (BENTO e CASTELAR, 2001), nos estudos pós-coloniais e do racismo (SANTOS, G. A. 2002; RAMOS, A. 2004;), na área da psiquiatria (PINHO, 2002; COSTA, 1989) na área da Educação (BENTO, 1998), nos estudos de gênero (MOURA, 2009), na Psicologia Social (LIMA e PEREIRA, 2004; PEREIRA,2002), entre outras publicações ainda invisíveis no debate acadêmico das instituições de ensino da Psicologia.

3. O IMPACTO DO RACISMO SOBRE A SAÚDE MENTAL DE MULHERES NEGRAS

*Negra!Negra,Negra!
Negra sou
Negra!
Sim
Negra!
Sou
Negra!Negra!Negra!Negra!
Negra sou
De hoje em diante não quero alisar meu cabelo
Não quero
E vou rir daqueles, que por evitar – segundo eles –
que por evitar-nos algum disabor
Chamam aos negros de gente de cor
E de que cor!
NEGRA
(Victoria Santa Cruz)*

Os estudos sobre racismo no Brasil, nos ajudam a refletir sobre as repercussões psíquicas de vivências como a do preconceito, da discriminação racial e da ideologia do branqueamento. E além disso a pensar, como o trabalho de psicólogos/as negros/as e brancos/as no combate ao racismo pode contribuir para gerar alternativas subjetivas para superar as desigualdades raciais e a injustiça.

Frente a essa realidade, pretendo refletir, neste capítulo, sobre o impacto do racismo na saúde mental de mulheres negras. Primeiro por entender, que os estudos específicos sobre mulheres negras são praticamente inexistentes na área da psicologia; e segundo, por compreender que o recorte raça e gênero se faz importante para entender a dupla discriminação que atinge aproximadamente, 48 milhões de mulheres negras brasileiras (IBGE, 2010), sujeitas ao racismo e ao sexismo, que podem trazer consequências negativas nas diversas dimensões de suas vidas.

O conceito de saúde mental, que utilizo neste trabalho foi proposto por Maria Lúcia da Silva (2004, p.129):

a tensão entre forças individuais e ambientais que determinam o estado de equilíbrio psíquico das pessoas. Manifesta-se, nas pessoas, pelo bem-estar subjetivo, pelo exercício de suas capacidades mentais e pela qualidade de suas relações com o meio ambiente. Como forças individuais, são entendidos os comportamentos, as práticas pessoais de saúde e atitudes de adaptação, as características biológicas e herança genética; e, como forças ambientais, fatores como educação, emprego e condições de trabalho, o entorno social e físico, rede de apoio social, gênero, raça/etnia, cultura, entre outros.

Somando a este conceito, para entender a relação entre saúde e processos de subjetivação de mulheres negras, a leitura de Móri e González Rey (2012), nos mostra que a

saúde seria um “processo permanente que integra o social, o cultural e a história diferenciada das pessoas e das sociedades” (pág. 141). Portanto, a saúde mental, seria a expressão de fatores plurideterminados (genéticos, históricos-sociais, culturais e psicológicos) presente em seus processos de subjetivação e identificação.

Sendo assim, a exposição à discriminação racial e ao sexismo, além dos fatores socioeconômicos desfavoráveis, fazem com que as mulheres negras estejam vulneráveis ao desequilíbrio psíquico relacionado a essas experiências.

Os indicadores sociais e de saúde, provenientes de estatísticas oficiais do Estado brasileiro (IBGE, IPEA, PNAD), retratam condições desiguais vividas por esse segmento da população. As mulheres negras são as maiores dependentes do Sistema Único de Saúde (SUS), são também as que apresentam os maiores níveis de desemprego, as que estão na pior posição da escala social; que representam as mais altas proporções no trabalho doméstico (21,4%), e as menores proporções de trabalho com carteira assinada (23,3%).

Em 2007, a taxa de desemprego para negras é de 12,4%, quando comparadas a 9,4% para as mulheres brancas (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008). É sobre as mulheres negras e pobres que incidem os maiores índices de violência, o registro mostra que 60% das mulheres vítimas do feminicídio¹¹ são negras (IPEA, 2008); segundo Rodrigues (1995), mulheres negras são proporcionalmente mais punidas com prisões do que as mulheres brancas e homens negros. A distribuição racial das mulheres presas no Rio de Janeiro, mostra à seguinte proporção: 42,9% são brancas, 24,8% são pardas e 30,7% são pretas. As negras representam, portanto, 56,4% da população prisional feminina, esses dados apontam a presença de seletividade da justiça criminal a partir do recorte de raça, gênero e classe social (SOARES e ILGENFRITZ, 2002 *apud* RODRIGUES, 1995). Há ainda diferenças estatísticas bastante significativas (quando comparadas a população branca) que retratam as condições precárias e desumanas vivida por muitas dessas mulheres.

Segundo M.L. da Silva (2004), no Brasil ainda não existem dados precisos sobre a prevalência dos transtornos mentais na população negra, primeiro porque não havia, até recentemente, o quesito cor na ficha dos usuários dos serviços.. Além disso, quando coletados, não existe análise desses dados pelo Ministério da Saúde através do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Essa inexistência de dados

¹¹ Mortes de mulheres por conflito de gênero, especialmente em casos de agressão perpetrada por parceiros íntimo (IPEA, 2011).

específicos sobre a saúde mental da população negra mostra a importância da recente incorporação do quesito cor/raça nos Sistemas de Informação em Saúde para a produção de conhecimento e políticas públicas para essa população.

Com o aumento da necessidade de atenção à saúde mental da população negra, foram criadas diretrizes específicas a partir da implantação da Política Nacional de Saúde Integral para a População Negra (PNSIPN) pelo Ministério da Saúde. Essa política tem como perspectiva a prevenção dos agravos oriundos dos efeitos da discriminação e da exclusão social; e o cuidado em saúde mental, dos que já se encontram em situação de risco como usuários/as de álcool e outras drogas, entre outras vítimas preferenciais (mulheres, negro/a e pobres) de violências específicas do contexto no qual estão inseridas (ARISTIDES, 2012).

As propostas atuais da PNSIPN (2012, p.96) fazem parte de uma pauta histórica de reivindicações do ativismo negro brasileiro que aponta “o racismo como promotor de iniquidades¹² em saúde” tanto na desigualdade de acesso a saúde, quanto pela baixa qualidade de vida dessa população. Como é uma política recente e com pouca iniciativa do Estado para colocá-las em prática ainda não foi possível verificar a efetividade dessas propostas.

Com relação aos estudos acadêmicos, uma das únicas pesquisas encontradas com foco na saúde mental de mulheres negras foi realizada por Leonel e Pereira¹³ (2005) no Pronto Socorro Psiquiátrico Wassily Chuc de Goiânia-GO, e aponta que entre as mulheres a maioria das atendidas são negras¹⁴. Segundo esses autores, a realização dessa pesquisa só foi possível por que a diretora do hospital iniciou uma sensibilização com os funcionários, da importância no preenchimento do quesito cor nos formulários de atendimento. “Fruto de uma cultura universalista que é característica da ideia de uma democracia racial vigente no Brasil médicos

¹² “As desigualdades em saúde persistentes e passíveis de ação de mudança são chamadas também de iniquidades. Consideram-se como determinantes sociais da saúde: as condições de classe social, escolaridade, segurança alimentar, acesso a serviços e bens públicos que constituem a qualidade de vida, assim como a discriminação que ainda prevalece na sociedade, especialmente, o racismo, a homofobia e a misoginia. A partir da identificação desses determinantes o estado brasileiro tem criado políticas que visam a diminuição das iniquidades e a melhoria das condições de vida” (Ministério da Saúde, s/d, s/p).

¹³ Esse estudo foi realizado com bases em pesquisas bibliográficas acerca das relações raciais e de estatísticas de instituto de pesquisa que diferenciaram a realidade de ser negro/o e branco/o no Brasil (LEONEL e PEREIRA,2005).

¹⁴ Segundo Leonel e Pereira (2005), a forma adotada pelo Pronto Socorro Psiquiátrico Wassily Chuc é auto-declaração, ou seja, é perguntado ao paciente qual sua cor e este responde, não é oferecido opções para que ele escolha. Usando a classificação do IBGE os dados coletados foram agrupados em negros, indígenas, amarelos e brancos e a partir disso foi possível perceber que a maioria dos atendimentos entre as mulheres no Pronto Socorro Psiquiátrico são de mulheres negras, a observação no campo também confirmou essa realidade.

e outros profissionais da saúde não consideram os diferenciais e as particularidades da realidade da mulher negra” (LEONEL e PEREIRA, 2005, p. 1).

A literatura sobre o tema ainda é muito escassa, as pesquisas apresentam a saúde mental de mulheres, sem o recorte étnico-racial, o que acaba por desconsiderar a trajetória histórica e a realidade de mulheres negras dentro do nosso país que evidentemente é bem diferente das mulheres brancas, principalmente, quando consideramos a presença de ideologias e estruturas racistas em seus processos de subjetivação. E como aponta Leonel e Pereira (2005, p. 1):

A abordagem da saúde mental das mulheres negras tem que levar em conta as seqüelas da violência simbólica (GONZALES, 1984) e da violência física que são aplicadas sobre essas diariamente e implicações no fato de ser mulher negra em uma sociedade que nega o racismo existente em todas as esferas: trabalho, estética, relacionamentos pessoais, interesses sexuais e vários outros (INOCÊNCIO, 2001).

Um fator histórico que me chamou atenção, para se pensar a história das mulheres negras, mostra que a ideologia da mestiçagem e da eugenia como parte de uma estratégia governamental colocou as mulheres como centro das políticas de saúde no país a partir de 1960. Políticas de saúde voltadas especificamente para mulheres representaram a possibilidade de melhoramento da raça nacional tendo como estratégia as práticas discursivas eugênicas e discriminatórias direcionadas a saúde, a beleza e a moral (SILVA e FONSECA, 2012).

Partindo desse contexto histórico e dos estudos realizados por Silva e Fonseca (2012) sobre técnicas de poder em Foucault (2005), podemos afirmar que atualmente as mulheres negras são as personagens centrais da violência simbólica produzida por biopoderes contemporâneos geridos pela iniciativa privada: indústria de produtos de beleza, da fitness e da cirurgia plástica, que desqualificam o corpo negro a partir das noções de raça, sexualidade, estética e moralidade, portanto continuam sendo os principais alvo da permanência dos “modos de exclusão e formas de racismo da sociedade” (p.247). Nesse sentido, segundo Joelma R. da Silva (2004):

o inconsciente coletivo marcado pelo racismo e sexismo, manifestado através dos preconceitos, estereótipo e discriminação, é gerador de situações de violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas, ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo (p.130).

No movimento de mulheres negras, o enfrentamento aos mecanismos do racismo e do sexismo é permanente e em diversos âmbitos. Nos livros didáticos, por exemplo, as narrativas históricas, reproduzem imagens racistas e sexistas que colaboram para a permanência do

racismo institucional, do racismo nos discursos acadêmicos e no cotidiano. Esses estereótipos objetificam e exotizam o corpo da mulher negra, passam a imagem de uma feminilidade da negra ferosa, sexual, servil, pobre e com muitos filhos. Ainda hoje, vemos mulheres negras sendo tratadas de forma a continuar por toda uma vida em lugares subalternos de expressão, assim como viveram nossas antepassadas.

Nós negras (e negros) vivemos num estado de tensão social constante, pois somos diariamente interpeladas por olhares que tentam nos desqualificar a partir da cor da nossa pele, ou pelos nossos cabelos crespos, entre outras características de origem africana que nos identificam racialmente, e que por olhares racistas nos colocam como alvo de suspeita. Esse estado de vigilância emocional permanente que nos inquieta pode causar angústia, ansiedade, distúrbios de conduta e do pensamento além de, transtornos físicos e psíquicos (M.L. SILVA, 2004). Segundo Joelma R. da Silva (2006, p.2):

Sentimentos como a vergonha é um dos efeitos perversos do racismo em sociedades como a brasileira. A vergonha gera a negação, a recusa e o apagamento dos caminhos percorridos, os traços e as lembranças promovem – nessas circunstâncias – apenas dor e sofrimento.

Dessa forma, vemos que a pessoa negra pode vir a estar emparedada na cor da sua pele como marca de sofrimento psíquico, e no caso especialmente de meninas, jovens e mulheres negras, os cabelos também podem aparecer como uma marca corporal de sofrimento que as acompanhará por toda a vida se não enfrentada de forma positiva. São grandes os impactos na saúde vivenciados por mulheres negras. Muitas de nós percebemos nossos cabelos como um inimigo, como um problema a ser resolvido, e muitas vezes como uma parte do corpo que deve ser controlada.

Segundo hooks¹⁵ (2005), é dentro do contexto social e político do patriarcado capitalista que surge o costume entre negras de alisar os cabelos. Essa atitude passou a representar uma tentativa de aproximar-se da aparência branca hegemônica, e um possível racismo interiorizado com a rejeição da própria imagem. Diante desse assunto, Fanon (2008) problematiza: como se dá a experiência subjetiva de pessoas negras que se encontram submersas em uma sociedade que se organiza hierarquicamente com a manutenção da superioridade de uma raça sobre outra.

15 bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora afroamericana, que escolheu esse apelido para homenagear os sobrenomes da mãe e da avó. Seu nome é escrito em letras minúsculas, por um posicionamento político da própria autora (hooks, 1995).

Se ela se encontra a tal ponto submerso no desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ela é colocado em uma situação neurótica (FANON, 2008, p. 95).

No contexto norte americano, durante os anos de 1960, militantes negros/as apontavam a obsessão dos/as negros/as com o cabelo liso como um reflexo da mentalidade colonizada. Nesse mesmo período, os penteados afros – principalmente o estilo “black power” – entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista e foram vistos como um símbolo positivo da negritude (hooks, 2005).

Muitas de nós falamos de situações nas quais pessoas brancas pedem para tocar o nosso cabelo natural e demonstram grande surpresa quando percebem que a textura é suave ou agradável ao toque. Aos olhos de muita gente branca e outras não negras, o *black* parece palha de aço ou um casco. As respostas aos estilos de penteado naturais usados por mulheres negras revelam comumente como o nosso cabelo é percebido na cultura branca: não só como feio, como também atemorizante. Nós tendemos a interiorizar esse medo. O grau em que nos sentimos cómodas com o nosso cabelo reflete os nossos sentimentos gerais sobre o nosso corpo (hooks, 2005, p. 4).

Dessa forma, o imaginário popular permeado por preconceitos, estereótipos e discriminação racista e sexista contribuem para a existência de situações graves de violência física e simbólica, que agrava a saúde mental principalmente das mulheres negras. Surge então, a necessidade conjunta de uma ação sobre o indivíduo e sobre toda essa população.

o maior objetivo da existência ética no mundo contemporâneo deve ser a diminuição do sofrimento existente, logo, são moralmente defensáveis atitudes e ações políticas que visem tal objetivo, dessa forma, combater as diversas formas de opressão significa atuar eticamente, pensar em termos coletivos, compreendendo que o coletivo não inclui apenas aqueles/as que partilham das mesmas características (políticas, raciais, religiosas, etc) que eu, que o coletivo é sobretudo o espaço em que proliferam diferenças (J. R.SILVA, 2006, p.2).

4. MÉTODO

E como soa lindo!
NEGRO
E que ritmo tem!
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO
Afinal
Afinal compreendi
AFINAL
Já não retrocedo
AFINAL
(Victoria Santa Cruz)

Para a presente pesquisa utilizei, enquanto recurso de investigação qualitativa, o método da história de vida. A escolha deste método se justifica, no meu entender, por esta ser uma forma eficiente para se compreender o fenômeno pesquisado, pois para saber a experiência de alguém e seu ponto de vista acerca dos fenômenos sociais o mais sensato é dar voz a própria pessoa. O método da história de vida parte da compreensão de que o sujeito de pesquisa é o produtor do conhecimento o que possibilita uma abordagem menos distanciada, menos colonizadora e mais democrática por dar voz inclusive àqueles “cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante” (SILVA et al. 2007, p.32).

A partir da relação de vínculo entre pesquisador e informante, o sujeito poderá ficar à vontade para narrar sua trajetória de vida, suas experiências vividas e apresentar outras dimensões do seu contexto subjetivo ligado às diversas conjunturas sociais nas quais se relaciona. Segundo Barros (2000 apud SILVA et al., 2007), ao narrar sua própria história, o sujeito tem a oportunidade de (re)-experimentá-la e ressignificá-la, o que possibilita o aprofundamento dos sentidos que o sujeito dá à sua história.

Ao se apropriar do social o indivíduo nele inscreve sua marca e faz em sua subjetividade uma re-tradução deste social, reinventando-o a cada instante. O processo por ele experimentado exprime o “psicossocial” onde ele está inserido, no processo dialético de construção de sua própria identidade e de reconstrução social – mobilidade da história para a história de vida, e da história de vida para o coletivo (SILVA et al., 2007, p.31).

O método da história de vida pode ser usado como documento onde se organizam narrativas biográficas em que o foco está na produção de sentido, e/ou como procedimento de acesso as informações. A análise das narrativas propõe uma organização das narrativas autobiográficas de modo que se evidencie a relação indivíduo/social ou individual/coletivo.

Essa organização mostra a produção de sentido construída pelos sujeitos sobre as diversas dimensões de suas vidas.

Segundo a psicóloga Maria da Consolação André (2007), esse método permite acessar “os sentimentos, as ações, as relações que essas pessoas tiveram e, portanto, são vistas por nós, como elemento que permite qualificar a investigação psicológica dos processos de construção de suas subjetividades” (p.187).

Sendo assim, a história de vida foi escolhida como estratégia de investigação na medida em que se constitui como método privilegiado de acesso às interpretações que os sujeitos fazem de suas experiências, ao trabalhar com a dimensão das vivências individuais, provoca novas perspectivas de investigação, além de permitir o acesso a dados mais íntimos e elucidativos (MACRAE, 2004). Para Gaulejac (2005 apud SILVA et al., 2005, p. 31), este método proporciona:

acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte. Isto nos mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais.

O objeto de estudo dessa pesquisa são as vivências de mulheres que se reconhecem como negras, a fim de compreender seus respectivos processos de subjetivação e identificação, no país que tem a maior população negra fora da África (PEREIRA, s/d), de onde herdou através da diáspora a cultura de matriz africana e que ao mesmo tempo tem a presença da desigualdade racial e outras mazelas deixadas pelo sistema escravocrata.

Como disse anteriormente, ao problematizar o posicionamento da psicologia frente as questões étnico-raciais, considerei pertinente dar voz às mulheres negras psicólogas que são poucas, em uma profissão elitista e majoritariamente constituída por mulheres brancas. Dessa forma os sujeitos desta pesquisa são mulheres que se autodeclararam negras e que tem formação acadêmica e profissional em psicologia, isto é, mulheres que não se encaixam no padrão hegemônico eurocêntrico de corpo e não se encaixam no estereótipo hegemônico de psicóloga - de mulher branca.

Segundo Silva et al. (2007), a partir das relações desenvolvidas pelo/a pesquisador/a no contexto da pesquisa é que os/as participantes/as serão escolhidos/as considerando seu desejo de participar, assim começa a se estabelecer o vínculo e a relação de confiança.

Sendo assim, foram escolhidas três mulheres negras psicólogas, pois estas, ao afirmarem seu pertencimento racial, puderam falar sobre suas experiências subjetivas tanto

como mulheres negras quanto como psicólogas negras e do impacto dessas identidades em suas vidas.

Realizei entrevistas abertas em que as trajetórias de vida dos sujeitos foram privilegiadas para posterior análise de sentidos e significados sociais. A técnica da entrevista aberta é frequentemente utilizada nas pesquisas, quando se tem a intenção de compreender mais amplamente fenômenos culturais e/ou sociais que envolvem determinados grupos, a partir de relatos de casos individuais. Além disso, segundo Boni e Quaresma (2005, p.74) a escolha pela entrevista aberta é feita quando “o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão”.

Com relação a sua estruturação, nas entrevistas abertas, o/a pesquisador/a faz algumas considerações sobre o tema de modo a deixar os/as entrevistados/as à vontade para discorrer sobre o assunto. A interferência deve ser a mínima possível, interrompendo a fala dos/as informantes apenas na necessidade de maiores esclarecimentos sobre alguma informação dada, ou para evitar o término precoce da conversa (BONI e QUARESMA, 2005).

As entrevistas foram individuais, realizadas pessoalmente nos locais escolhidos pelos sujeitos de pesquisa. Após assegurado o sigilo e confirmado o interesse em conceder a entrevista, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No início de cada entrevista expliquei o tema de pesquisa e pedi para que elas ficassem a vontade para utilizar o tempo que achassem necessário para contar sua trajetória de vida, com foco na questões raciais, a partir do fato de serem mulheres negras e psicólogas. As entrevistas duraram aproximadamente 60 minutos, realizadas em um espaço privativo, gravadas mediante autorização e transcritas para serem submetidas à análise.

Participaram da pesquisa três mulheres negras psicólogas adultas (idades entre 25 a 50 anos) do Distrito Federal. Os critérios de escolha das participantes foram autodeclarar-se como negra e ter formação em psicologia. Duas delas foram identificadas por mim como negras através de seus fenótipos e falas em eventos acadêmicos. A outra identifiquei a partir de seu fenótipo, principalmente pelo cabelo estilo *black power*. Mas apesar de tê-las identificado, perguntei a todas no início da entrevista como se autodeclaravam racialmente tendo como referência o sistema de classificação raça/cor do IBGE.

Sendo assim participaram da pesquisa (nomes fictícios):

- Nzinga (homenagem a rainha quilombola de Matamba e Angola, heroína africana que representa resistência à ocupação do território africano pelos portugueses).
- Janaína (um dos nomes de Iemanjá, orixá africana que simboliza a divindade do mar).
- Latifah (significa gentil, origem Suaíli - Quênia)

Após as entrevistas, o material gravado foi transcrito; depois foi feita uma leitura desse material transcrito, intercalando com a escuta do material gravado, com foco nas experiências e aspectos afetivos das narrativas; por fim, foi feita uma análise do material de acordo com os referências teóricos sobre raça, identidade e processos de subjetivação.

5. NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE TRÊS MULHERES NEGRAS PSICÓLOGAS: UMA ANÁLISE

*E avanço segura
AFINAL
Avanço e espero
AFINAL
E bendigo aos céus porque quis Deus
que negro azeviche fosse minha cor
E já compreendi
AFINAL
Já tenho a chave!
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO
Negra sou!
(Victoria Santa Cruz)*

Neste capítulo, a partir do método da história de vida e tendo por referência o debate sobre raça, identidade e processos de subjetivação, analisarei as narrativas autobiográficas de três mulheres negras psicólogas. Em um primeiro momento apresentarei as três trajetórias, enfatizando sua singularidade. No segundo momento, abordarei os elementos comuns às três trajetórias, referentes às interpelações decorrentes do sexismo e do racismo, presentes nos relatos.

Nzinga (40 a 50 anos), psicóloga e servidora pública há 27 anos. Nasceu em Monte Carmelo-MG. Ainda na infância seus pais se mudaram para Luziânia onde morou por 15 anos com mais 7 irmãos/ãs. Ainda nessa cidade, aos 8 anos, começou a trabalhar como babá de uma criança de 2 anos. Lá também foi empregada doméstica e depois vendedora em uma loja de roupas. Após passar um tempo em Luziânia, mudou-se com seus pais e irmãos/ãs para Brasília-DF, onde voltou a trabalhar como empregada doméstica para ajudar sua família. Aos 20 anos foi aprovada em um concurso público e hoje atua no Ministério da Justiça. Atualmente deseja fazer mestrado e doutorado.

Vejo hoje que era uma criança cuidando de outra criança. Mas por outro lado essa questão de ter ido trabalhar cedo, de ter responsabilidade, de ter de ajudar em casa,(...) me ajudou muito a ser quem sou hoje, a pensar de forma diferente, a querer buscar determinadas oportunidades e me ajudou até nessa questão racial, de como me vejo hoje. A importância de dar visibilidade a essas pessoas [isto é, as pessoas negras], porque a minha trajetória na verdade foi uma trajetória invisível e essa invisibilidade às vezes machuca. Se a gente tem um país rico como o nosso, que os negros ajudaram a construir durante a escravidão e hoje a gente participa tão pouco, essa invisibilidade machuca.

A fala de Nzinga mostra sua forma de valorizar sua trajetória, inclusive o fato de ter começado a trabalhar ainda quando criança, porém evidencia uma experiência de invisibilidade, que ela e outras pessoas negras passam ao não serem percebidas como protagonistas nos diversos espaços onde atuam. Ela situa esta invisibilidade no contexto da ausência dos/as negros/as nos relatos oficiais sobre a história do Brasil, população colocada a margem e que nunca aparece falando sobre sua experiência. Uma história contada apenas por brancos, tendo brancos por protagonistas.

Nos primeiros anos que morou com sua família em Brasília, Nzinga voltou a trabalhar como empregada doméstica, como forma de contribuir com o orçamento familiar. Continuou estudando graças ao incentivo de seus pais e com a esperança de conseguir um futuro melhor. Ela contou um pouco como foi a experiência de estar nessa cidade.

O impacto de ser negra aqui em Brasília já foi diferente. Por que apesar de eu ser invisível, era uma invisibilidade que me propiciava uma boa escola, já pensar em fazer um concurso público, já senti menos o impacto de ser negra quando vim pra cá.

Porém, quando passou em um concurso público, sentiu novamente o peso da melanina e a presença do racismo entre seus/suas colegas de trabalho. Ao trabalhar com uma senhora do sul, percebeu que essa mulher tinha dificuldade de se relacionar com ela por ela ser negra. Outra situação de discriminação racial que vivenciou, foi quando teve que trabalhar com um funcionário executivo. Ele não conseguiu esconder a dificuldade de ter em sua antessala uma secretária negra.

Também foi uma época difícil pra mim porque, assim, era impactante sentir aquele desprezo dele. Na verdade, ele trabalhava ali comigo, mas por ele, ele me tirava dali. E não sei porque ele não tomou essa atitude. Aí trabalhei com ele uns dois anos, e quando vi, que não dava mais para ele, pedi pra me retirar. No serviço público foram essa vezes que senti dificuldade de trabalhar com as pessoas.

Ao acompanharmos a trajetória de Nzinga, podemos perceber a presença do racismo institucional no serviço público, discriminação que coloca os/as negros/as em desvantagem social principalmente para a ocupação de cargos de prestígio, situação também apresentada nos dados do PNAD (2008).

Ela conta que por várias vezes, mesmo sendo habilitada, percebeu que não foi escolhida para assumir alguns cargos pelo fato de ser negra. Mesmo com essas adversidades ela ocupou vários cargos e considera ter sido reconhecida pelo seu trabalho.

Enquanto psicóloga, Nzinga expressa o interesse em entender as repercussões psíquicas do racismo, preocupação apontada por Maria Lúcia da Silva (2004) e Fanon (2008)

no capítulo que discuto sobre o impacto do racismo na saúde mental de mulheres negras. Ela gostaria de entender as alterações mentais ou emocionais oriundas de vivências como a da discriminação racial, partindo da compreensão que a psicologia é uma área que tem grandes contribuições a dar para os estudos das questões raciais no Brasil.

Hoje depois de fazer psicologia, de ser uma mulher negra psicóloga, o que me preocupa (...) são os danos psíquicos do racismo. O fato da gente ser vítima de discriminação racial produz alguma forma de adoecimento. A gente tem pouca literatura a respeito disso. E acho que a gente tem que produzir mais coisas a respeito. (...) As teorias psicológicas, apesar delas não verem ou não estudarem a diversidade, todas elas a partir dos pressupostos ali colocados falam do quanto é importante a pessoa ser acolhida no seu meio, pra ela se desenvolver enquanto pessoa.

Nzinga contou que foi uma experiência durante um processo terapêutico que a levou a escrever e refletir sobre o racismo na psicologia. Um dia, com sua psicóloga (mulher branca), uma profissional que considera tê-la ajudado muito a crescer como pessoa, levou uma dificuldade de relacionamento afetivo que envolvia a questão racial. Desabafou para esta que às vezes ficava muito triste ao perceber que as questões afetivas estavam permeadas pelo preconceito. E que estava triste em ver que a pessoa com quem ela estava se relacionando e de quem gostava, e que também estava gostando dela, não encarou namora-la porque ela ser uma mulher negra.

Quando coloquei isso na terapia, pra aquela psicóloga foi um absurdo! E ela falou assim: mas como você vem me trazendo uma questão dessa? No Brasil não existe racismo! Aquilo sim foi chocante pra mim. Ela falar daquela forma que não havia racismo no Brasil! Desde então comecei a pensar que queria escrever sobre a questão racial dentro da psicologia. Acredito eu, que os psicólogos só não chocam mais as pessoas negras porque, como é um serviço de elite, as pessoas negras não tem acesso aos consultórios psicológicos. Mas se nós tivéssemos mais negros precisando dos trabalhos dos psicólogos, tenho certeza que essas pessoas iriam se chocar como me choquei.

Essa situação mostra a importância de se investigar em que medida a resolução nº 018/2002 que estabelece as normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial tem se traduzido na prática profissional real e cotidiana, principalmente no espaço da clínica. Apesar de ter tido uma experiência com uma profissional que nega a existência do racismo no Brasil, Nzinga considera que a psicologia é uma ferramenta muito importante que a ajudou a se constituir e se reconhecer como pessoa.

Com relação à saúde da mulher negra, ela aponta a dificuldade que temos para arrumar um médico ginecologista - situação também mostrada nos dados apresentados na pesquisa conjunto organizada pelo IPEA; UNIFEM; SPM e PNAD (2008) onde a taxa de mortalidade

das mulheres negras de 10 a 49 anos por complicações na gravidez, parto e puerpério, foi 2,9 vezes maior que a apresentada pelas mulheres brancas, visto que as mulheres negras têm menos chances de passar por consultas ginecológicas completas, consultas de pré-natal e exames pós-parto devido as desigualdades na qualidade de atendimento aos/as negros/as relacionadas a práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho nas instituições de saúde, resultantes de preconceitos e estereótipos racistas.

Quando apresentou alguns problemas de saúde e precisou de ginecologista, demorou muito para achar um que ao mesmo tempo lhe inspirasse confiança e que atendia pelo seu plano de saúde, com o qual permaneceu por 15 anos, momento em que ele deixou de atender pelo plano de saúde.

Já rodei umas dez clínicas procurando alguém que me veja como pessoa e não como uma mulher negra que ele pode tratar de qualquer jeito. Que ele pode não pedir determinados exames, que ele pode não explicar quais os exames que ele está pedindo. E eu vou te dizer com toda a sinceridade! Até agora eu não encontrei outro/a ginecologista. (...)e aí quando eu vou no consultório desses médicos eu fico pensando nas pessoas que não tem condições nenhuma, que precisam de um SUS, e até me gela sabe?! Quando eu penso sobre isso. Porque eu imagino assim. Eu, que sou uma mulher, que consigo ir pelo plano de saúde, que vou no ginecologista e não consigo ter esse olhar dele como uma mulher, uma pessoa, como um ser humano, imagina uma mulher negra que vai pro SUS? Que não pode escolher como eu posso escolher!

Essa preocupação de Nzinga, se faz presente nas reivindicações do movimento negro que aponta o racismo institucional como promotor de desigualdade de acesso e na qualidade do atendimento aos/as negros/as nas instituições de saúde. A implementação da Política nacional de saúde integral para a população negra (PNSIPN) tem como diretriz a prevenção dos agravos que essa discriminação tem gerado. Porém, falta o interesse do poder público em efetivá-las na prática.

Ainda sobre mulheres negras, ela considera que são mulheres solitárias e com dificuldade de lidar com relacionamentos conjugais. São percebidas como pessoas sem sentimentos e que não merecem constituir família. Através do Coaching terapêutico imergiu em seus problemas afetivos e conseguiu se ver de forma mais positiva, mas relata que quase enlouqueceu em determinados momentos da vida.

Quando participei da formatura da psicologia e o rapaz que foi levar o álbum pra mim, era visível no rosto dele, quando ele me mostrava as fotos, ele falava assim: mas essa é a sua família? Eu falava: sim, é a minha família, tenho irmãos, tenho pai, tenho mãe, tenho sobrinhos, e todas essas pessoas estão no meu álbum de formatura. E pra ele a cara era: como é que uma mulher negra tem uma família? E isso perpassa a sociedade como um todo, né?! A mulher negra, ela serve pra ter relacionamentos fortuitos. Como uma mulher negra pode constituir uma família? Quer ter filhos, quer

casar com um homem branco, com um homem negro seja o que for. É como se a gente não merecesse.

Essa reflexão mostra a necessidade do recorte gênero e raça nos estudos de saúde mental diante da violência simbólica e física que estão sujeitas as mulheres negras por sofrer da dupla discriminação: do racismo e do sexismo, presentes em nossa sociedade, e que podem repercutir em vivências negativas nas suas relações interpessoais, interesses sexuais, estética e em outras esferas de suas vidas (LEONEL E PEREIRA, 2005)

Em sua narrativa, Nzinga deixa uma reflexão no que diz respeito ao pertencimento racial. Aponta que nós brasileiros/as negros/as não temos a consciência de pertencimento racial devido a herança negativa deixada pelo período escravocrata, e pelos 125 anos que saímos desse período e fomos jogados/as nas favelas e renegados/as a uma invisibilidade prejudicial. Isso deveria importar muito para cada um/a de nós, independentemente da posição social que ocupamos, seja como político, como artista ou como uma pessoa que conseguiu ascensão social. *Se assassinam lá um jovem negro, em determinado lugar, isso faz parte de mim. Apesar de termos alcançado alguns avanços na afirmação da identidade racial, precisamos ter consciência de pertencimento racial e isso é o que falta no Brasil (NZINGA).*

Janaína, 25 anos, filha de pais adotivos brancos, recém-formada em psicologia. Durante a graduação se interessou em discutir o tema do *bullying* e do preconceito na psicologia escolar. Ela conta que sua mãe adotiva desde criança sempre quis ter uma boneca preta, e não gostava de comprar bonecas brancas, sempre gostou de comprar bebês negros para ela e a irmã brincarem. Quando pequena se via muito diferente da irmã (filha legítima de seus pais adotivos) com relação ao traços fenotípicos, mas por ainda ser criança, não entendia direito o fato de uma ser branca e a outra negra.

Minha mãe nunca deixou que eu fosse prejudicada por conta de eu ser negra, minha irmã que tem mais ou menos a mesma idade, então, a gente estudou juntas no mesmo colégio, em sala separadas, era da mesma série mas de salas diferentes, minha mãe nunca deixava, de jeito nenhum, que eu me sentisse diferente, excluída do grupo da minha irmã.

Na escola ela relata nunca ter sentido exclusão. Acredita que nas escolas particulares onde estudou (uma evangélica e a outra católica) nunca fizeram com que ela se sentisse discriminada. Inclusive um professor negro de geografia, que muitas pessoas gostavam, marcou-a muito ao realizar um trabalho sobre a questão racial relacionando com a Pangeia. Uma aula que para ela foi totalmente diferente e que marcou a todos os alunos.

No relato de Janaína sobre sua infância e o amparo que sua mãe lhe deu para que ela não se sentisse excluída, emerge uma vivência de alguém que, frequentou o “mundo dos brancos”. Conforme mostrado por Neuza Santos (1983), os/as negros/as que ascendem socialmente, e que participam do “mundo da elite branca” ou seja, que têm acesso a uma educação de qualidade e uma boa situação financeira, circulam em espaços onde a ideologia da harmonia racial está implícita e a presença do racismo é silenciada, dessa forma acabam por incorporar características da cultura branca associadas a ascensão social.

Optou por cursar psicologia na época que fazia inglês com uma amiga psicóloga e namorava um menino que tinha diagnóstico de TOC (Transtorno obsessivo compulsivo). Ela leu muitos livros sobre o assunto e começou a gostar dessa área.

Entre na faculdade ainda com ele, agora não estamos mais. E tinha uma coisa engraçada quando a gente namorava. Tinha sempre aqueles olhares, assim né?! Aquela coisa assim gritante: Nossa, o quê que essa menina tá fazendo! Ele era bem branco mesmo, meio japonês. Então, era uma coisa que as pessoas olhavam também, e me incomodava também, né!? Nunca a mãe dele falou nada, até hoje acho que ela me adora. Mas tem aquela coisa, né, ficam aquelas pessoas olhando: Nossa, o quê que ele tá fazendo com essa menina? Você sente, né, quando sai assim. Ficam olhando. Mas é aquela coisa bem velada mesmo. Não falam: o quê que você está fazendo aqui?

Nota-se nessa história, a discriminação diante de uma relação inter-racial. Esse olhar do outro que Janaína parecer ter dificuldade em classificar como um atitude racista, é justamente a interpelação do social sobre o indivíduo negro (ERIBON, 2008), o que Pacheco (2011) definiu como racismo cordial. Esse racismo camuflado, tipicamente brasileiro, sofrido por Janaína através dos olhares racistas, parece constantemente marcar sua consciência. Conforme explicou Eribon (2008), a injúria racial, é como uma ferida que fixa no fundo da mente, um “enunciado performativo” que me diz quem sou, quem são os privilegiados, a diferença entre os “normais” e os estigmatizados.

Durante a entrevista ela relatou mais algumas situações que se sentiu observada. Por exemplo, quando sai, principalmente para restaurantes, sente que as pessoas não disfarçam, mesmo assim, ela diz não se importar, pois aprendeu com sua mãe que nenhuma daquelas pessoas pagam as suas contas. Segundo ela, esses olhares parecem indaga-la: por que você está aqui?

Essa pergunta interpela não só a Janaína, mas a mim e a outros/as milhares de brasileiros/as negros/as que circulam pelos mais diversos espaços sociais. Como já foi discutido, na fundamentação teórica, o preconceito de cor ainda se faz presente nesse país. A

experiência dessa mulher negra e outras histórias contadas pela população negra mostram também a dificuldade das pessoas brancas em se reconhecerem racistas diante desse tipo de situação, mais uma vez o racismo cordial se faz visível. Uma forma de hierarquizar grupos humanos a partir da cor da pele, assim, mantém privilégios para uns e ao mesmo tempo inferioriza e discrimina outros (SEGATO, 2005).

Ela expressa ainda seus sentimentos, percepção e forma de defesa diante dessas situações:

Deixa pra lá, não ligo mais não, antigamente ainda ficava assim, sabe, com medo, sei lá! Porque tem gente que parte pra grosseria, então vai lá tirar satisfação. Mas até hoje só os olhares mesmo. Aprendi a não me importar, não me importo mais, não levo aquilo pra mim como uma crítica, mas às vezes incomoda sim.

Mas mesmo diante dessa realidade, Janaína se mostra otimista. Acredita que isso está mudando, pois os negros estão aparecendo mais na mídia de forma relevante. Tem achado as pessoas “mais tranquilas” (expressão usada por ela), e acha engraçado ver que em festa *Black* o público maior é formado por pessoas brancas.

Eu digo: nossa, que coisa diferente! As pessoas criticaram tanto a gente, e no outro dia querem estar no mesmo lugar. Mas acho que já está mudando um pouco né?!

Janaína parece não perceber que essas festas não são realizadas especificamente para um público negro, apenas a temática é *black*. As festas *Black* são eventos onde tocam música negra ou *black music*, gêneros musicais influenciados por cantores/as negros/as brasileiros, norte-americanos, africanos e de outros países. Os ingressos variam de 20 a 40 reais, acontecem no Plano Piloto e seu público na maioria é formado por jovens de classe média e moradores de bairros nobres de Brasília.

Atualmente que tem vivido uma experiência bem diferente com seu atual namorado. Um rapaz negro, africano do Zimbábue. Ao mostrar-lhe suas fotos de formatura, ele ficou muito surpreso por ela ser a única negra da turma. Diante disso, conversaram bastante sobre o fato do Brasil ter uma diversidade étnico-racial e ao mesmo tempo ter a presença da exclusão social e do preconceito racial.

Ele até brinca: nossa, quantos negros estão perto de você agora, hein!?(tom irônico) Então a gente conversa bastante sobre isso. Por sinal ele falou assim: acho que dá pra contar nos dedos, quantos amigos negros você tem, acho que a maioria é por conta de você está namorando comigo.

O fato de Janaína andar por espaços onde a maioria das pessoas são brancas, dificulta-lhe encontrar amigos/as da mesma raça/cor que a sua, situação colocada a ela por seu

namorado negro. Isso revela mais uma vez as hierarquias raciais e a quase ausência de negros em escolas particulares e em universidades públicas e privadas, e nos ambientes de classe média do Brasil. Como mostram os dados do PNAD (2009), a população branca de 15 anos ou mais de idade tem, em média, 8,4 anos de estudo, enquanto pretos e pardos têm, igualmente, 6,7 anos. Enquanto cerca de 62,6% dos estudantes brancos estão no ensino superior (em 2009), os dados mostram que há menos de 1/3 para os outros dois grupos: 28,2% dos pretos e 31,8% dos pardos. É uma realidade que mostra a importância das ações afirmativas como políticas que busquem promover a ascensão de grupos socialmente discriminados (CARVALHO, 2007).

Sobre a faculdade, Janaína acredita que deveria se discutir mais sobre esses temas, mas também se preocupa, em como seria a melhor forma de abordar essas questões na escola e na universidade, visto que a maioria dos professores são brancos e conseqüentemente não tiveram a experiência do racismo. Sentiu que quando seus professores começavam a falar sobre preconceito racial pareciam ficar com medo e às vezes falavam bem rápido, principalmente se tivesse um aluno negro. Há nessa reflexão feita por Janaína a questão identitária e vivencial envolvida com relação aos/as seus/suas professores/as, e há também a questão da politização e do estudo sobre a questão racial dentro desses espaços.

Fica meio que uma incoerência, uma pessoa branca falando de preconceito, mas não que ela não deva falar. Acho que ela tem que falar mesmo, mas tive um professor mesmo no ensino médio, que veio perguntar pra mim: ó Janaína, vou falar na aula sobre racismo, sobre preconceito, você pode ir lá na frente? Você vai se sentir incomodada? Posso usar você como exemplo? Falei: não, tudo bem. Então acho que foi legal a abordagem dele. O jeito que ele fez foi interessante, porque se não tem como a pessoa viver aquilo, né, se ela não é. Tem que começar mesmo a falar, acho que as pessoas já estão falando: ah, já vem de novo essa história! Mas até hoje não acaba, né?!

Esse acontecimento com relação à abordagem desse professor me fez pensar em conversas que tenho com amigas negras. Parece haver, por parte de professores pesquisadores da temática racial, ao falar do negro em sala de aula, uma presunção de que nós negras/os sabemos de tudo que envolve pessoas pretas, ou seja, sabemos sobre religiões afro, racismo, de capoeira, enfim, tudo que tem relação com a história dos negros e nossa herança de matriz africana. Mas na prática não é bem assim, como mostra a história de vida de Janaína e de outros/as negros/as muitas vezes temos nosso processo de identificação e subjetivação mais próximos/as dos padrões brancos eurocêntricos do que dos referenciais simbólicos de matriz africana.

Janaína menciona também, em sua trajetória, a presença do racismo fenotípico através das normas estéticas que valorizam a aparência branca hegemônica. Segundo ela, seu pai adotivo que trabalha sempre de terno e gravata, visa muito a aparência. Quando ele a viu com o cabelo gigante, estilo *black power*, indo dar uma palestra falou: *minha filha, você estava indo realizar uma palestra, não pode ir assim*. Para Janaína, era como se ele estivesse falando: *minha filha, você já é negra, você ainda vai assim desse jeito! O povo não vai te respeitar*. Ao falar desse assunto, ela demonstrou entender que esta é uma preocupação que seus pais tem para que ela não se sinta excluída, a necessidade de se adequar aos padrões sociais hegemônicos para ter oportunidades e ser aceita no mercado de trabalho. E narra um fato que viveu na escola onde estagiou:

Na escola tinha um professor, o único professor homem, e também era negro. Ele falava assim: nossa, Janaína, como é difícil pra gente! Se a gente tiver mal vestido, as pessoas olham. A gente tem que estar sempre no padrão superior que é pra ninguém reclamar com você. Tem que estar acima de todo mundo, tentar pelo menos chegar um pouco acima para as pessoas não virem reclamar com você. Então, tem que estar sempre bem vestida. Tem que estar apresentável, no seu trabalho tem que sempre se esforçar, pra depois não caírem em cima de você: ah, tá vendo, negro faz tudo pela metade! Então você tem que estar sempre superior. Janaína: Então eu sempre busquei isso, sempre fazendo o melhor que eu posso para não vim reclamação pra mim, sempre que as coisas que eu faço, eu faço a mais, né, nunca a menos, dou o máximo, ainda mais depois que esse professor falou pra mim e ainda mais que ele era novo na escola. Ele falou assim: não posso pisar na bola de jeito nenhum, tenho que fazer tudo, dar o máximo que eu posso. Não que quero mostrar serviço, mas não posso dar bandeira, pra não vir esse estigma.

Compreendo que essa situação mostra a lógica do racismo operando através das diferenças biológicas e culturais como forma de desqualificar a pessoa negra (HALL, 2003). Pessoas negras preocupadas diariamente em como se comportar e se vestir para evitar serem discriminadas, desqualificadas e não tornarem-se alvo de suspeita dos olhares racistas.

Janaína acredita que, ao assumir sua identidade negra, contribui para essa discussão, já que transita em espaços majoritariamente brancos e elitistas, então considera que ao afirmar sua negritude nesses ambientes está dando uma resposta às pessoas racistas. Crê que a presença das pessoas brancas em festas *Black* demonstra que o preconceito caminha no sentido de acabar.

Qual vai ser a diferença da cor da pele na vida das pessoas? Acho que é isso que as pessoas tem que começar a pensar: quê que vai mudar na sua vida? Nada! Não ofende ninguém. É isso que tem que ir colocando na cabeça das pessoas. Acho que isso é que eu tô fazendo, né?! Eu, andando nos lugares, não interfere em nada da sua vida. Se tratando dos lugares onde eu ando.

Gostaria de evidenciar que, em diversos momentos durante a entrevista com Janaína, percebi algumas contradições na percepção da sua vivência racial. Com base nas discussões sobre a ascensão social do/a negro/a em Jocélio Santos (2000) e Neuza Santos (1983), o fato dela ter sido criada por uma família branca e frequentado ambientes onde a maioria das pessoas são brancas, a exemplo das escolas onde estudou, mostra sua dificuldade de identificar comportamentos racistas e da necessidade de incorporar padrões culturais brancos para se inserir e ser aceita nos espaços que fazem parte da sua realidade.

Latifah (30 a 40 anos) é doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, atualmente trabalha com a capacitação de servidores de uma universidade pública. Nasceu na Ceilândia, tem vivência de periferia, de militância LGBT, de militância negra e atualmente tem trabalhado com a militância de gênero nas questões sobre mulheres negras e trans feministas.

Na minha vivência, tenho várias dimensões misturadas: tem uma vivência de gênero, tem questão racial... Então, tudo no meu caso acho que potencializa demais, imagino que seja assim também com outras pessoas que misturam várias dimensões de diversidade.

Ela aponta que as questões identitárias são um assunto invisibilizado dentro da psicologia, e considera um problema sério, o apagamento das pessoas negras nas discussões de gênero dessa área. Situa que a discussão que se tem dentro do feminismo negro aponta justamente para o fato de que as pessoas negras não estão incluídas nas discussões hegemônicas de gênero e de feminismo ainda hoje. Reconhece que algumas de suas colegas pesquisadoras já estão vendo não só as mulheres de classe média, pois mostram também as mulheres pobres. Para seu entendimento, aí começa uma aproximação com as mulheres negras, mas sempre partindo do foco na desigualdade de classe, e não da especificidade das mulheres negras, portanto continua sendo uma visão muito restrita.

Há muitos estudos sobre as mulheres e aí focam muito numa visão específica de mulher. O que estou reparando nos estudos, na prática, até mesmo na formação dos grupos de poder, de espaço de discussão, geralmente tudo isso são as mulheres brancas. Que mulher negra está num grupo de estudo numa posição de poder? Como aluna eu conheço, participo também, tem outras que participam, mas como docente nenhuma. Não conheço! Então na psicologia é muito forte, eu vejo em outras áreas, na educação, em outras, mas a psicologia é muito fechada. Isso me atormenta um pouco. Me sinto muito perdida às vezes. Por que sinto que tem muitas barreiras para discutir essas questões, para ser reconhecido o que falo e que outras pessoas também falam sobre negritude, questões de gênero ou orientação sexual. Ser levada a sério, é uma coisa que afeta muito a gente. Ser levada a sério é muito complicado. Vejo muito essa questão de quem está empoderado pra falar isso. Pra mim é muito evidente.

Latifah chama atenção para as hierarquias raciais e de gênero nas relações de poder dentro do ambiente acadêmico. O não reconhecimento das mulheres negras como protagonistas nos espaços de produção de conhecimento.

Para ela, a psicologia tem uma visão tecnicista muito focada na estatística. Muitos de seus colegas de profissão colocam gênero e sexo como se fossem a mesma coisa, ou então como apenas uma variável para preencher formulários. Não inclui essa dimensão identitária como um eixo estrutural nos processos de subjetivação das pessoas.

(...) sempre fui taxada na psicologia de militante, de estar abandonando a pesquisa para fazer militância. Então isso é engraçado, é muito forte! Hoje na minha vivência, que integra mais minhas questões de gênero como mulher negra trans, o quê que eu percebo?! As pessoas focam mais nas coisas de pegar uma das identidades que depende do momento. Num momento veem a pessoa negra, no outro mulher negra, no outro uma pessoa trans, no outro a trans negra. E têm muita dificuldade de integrar as identidades. Eu estou falando, porque acho que é uma coisa de base, não sei se é da educação das pessoas, vai que é da dificuldade de integrar as identidades.

Latifah chama atenção para a ausência da psicologia nas discussões sobre identidades. Stuart Hall (2003) aponta a dinâmica das identidades deslocadas, fragmentadas, contextualizadas e a coexistência dessas em uma mesma pessoa. E nos mostra que os processos de identificação são constantes e se dão de acordo com as identidades de gênero, a sexualidade, de raça, de classe social, de idade, etc.

(...)a questão racial, a questão do ser mulher é uma questão constante que está colocada. Então pra quem vivencia é muito complicada, porque poucas pessoas percebem que as duas coisas estão juntas. Acho que elas não percebem ou não conseguem perceber juntas, acho que é algo da educação mesmo das pessoas. Mas a psicologia que deveria refletir sobre isso e questionar, não reflete! Não discute! Então o ser é visto de forma muito fragmentada como se tivesse numa caixinha, sem perceber uma vivência mais ampla disso tudo.

Segundo Latifah, sua vivência tem sido mais a do meio acadêmico, e por isso os os casos de preconceito que tem passado estão relacionados a esse ambiente. Contou-me uma situação delicada que viveu quando participou da seleção de docentes em um departamento de estudos de gênero e raça de uma universidade pública.

Incentivada por sua ex-orientadora e por outras colegas, foi para outro estado participar dessa seleção. Lá encontrou uma colega, que achava até mais apta que ela para assumir o cargo devido sua alta produção nessa temática, porém essa colega não passou na prova escrita, o que lhe causou um estranhamento. Mas, continuou na seleção e percebeu que ficaram apenas duas candidatas, ela e uma italiana. Sua colega que havia sido reprovada comentou: *vai ser um bom momento pra olhar se esse núcleo aqui quer realmente discussão*

de gênero e raça contigo ou se ele quer outra coisa. Se vai preferir você ou a estrangeira. E ainda notou o comentário de uma das professoras, ao dizer que seria bom se elas pudessem escolher antes o perfil dos candidatos. Achou isso muito estranho. Mas, o momento crucial foi na hora da entrevista. Para Latifah, felizmente tinham testemunhas. A banca avaliadora formada por quatro professoras, convidou alunos e alunas para assistirem a defesa oral.

Primeiramente, o comentário de uma das professoras foi algo muito interessante para Latifah, que a fez refletir diante de suas questões pessoais. A professora, falou que havia faltado no memorial dela um pouco de posicionalidade, que ela sabia que a vida de Latifah não era um “mar de rosas”, que Latifah não havia colocado por exemplo, que era um pessoa negra, e nada sobre suas vivências pessoais, e isso ficava muito forte e evidente ao apresentá-lhes apenas sua trajetória acadêmica. Latifah considerou os comentários dessa professora muito importantes, principalmente para o contexto de um concurso com a temática de gênero e raça, o que a fez perceber que o fato dela não ter colocado suas experiências pessoais no memorial foi uma forma de defesa para não lembrar e não refletir sobre algumas vivências negativas que passou em seu processo de subjetivação.

Mas, foi na fala da outra professora que Latifah considera ter tido suas identidades e vivências questionadas. Para ela, foi um discurso muito pesado e agressivo, onde ficou visível a dificuldade de uma mulher acadêmica em compreender a coexistência da pluralidade de identidades e de trajetórias de vida de um indivíduo. Ela relata que foi tão complicado que precisou que outras professoras interviesse, pois foi perguntado a ela coisas *esdrúxulas* (termo usado por Latifah) sobre sua vivência como mulher negra trans, questionando assim sua identidade.

E assim, querendo saber se eu sabia como viviam mulheres trans negras. Tipo, claro que eu sei! (...) Então a presidente da mesa teve que intervir, foi uma coisa muito ruim, ficou evidente. É uma pessoa que diz que trabalha com direitos humanos, mas que na prática, quando está colocada a questão da pessoa negra, está ali colocada uma pessoa que é trans, uma mulher negra trans, e aí ela tem que discutir como é que essa pessoa vivencia. Ela questionou! (...) Isso ficou muito forte, muito agressivo, tanto foi e fica até difícil reproduzir que o concurso foi anulado. Porque, realmente, as outras viram que as notas que ela me dava, eram muito abaixo de qualquer outra pessoa. (...) então foi anulado o concurso. Só que ficou essa questão, ficou no ar pra todo mundo ali que ela tinha uma visão do que é ser mulher. Uma visão de quem pode falar sobre a mulher e as mulheres negras.

Depois desse acontecimento e após ser convidada para participar novamente da seleção, Latifah negou o convite por ter dúvidas de querer participar de um núcleo que não

tem uma visão plural de *mulheridade* (expressão usada por Latifah) e do que é vivenciar o feminismo, assim ela achou melhor se afastar.

Ao ser questionada por outras pessoas dos motivos pelo qual não participa da seleção de docentes no departamento de psicologia na universidade onde trabalha, ela explicou já ter tentado, porém considera que a psicologia é mais complicada por ter uma visão mais fechada de quem pode produzir conhecimento.

Então é muito mais complicado. Aqui (nos grupos de estudos de gênero e raça) a gente pode falar dessas questões. Lá, não vou falar, não tem sentido eu me posicionar pra discussão no curso de psicologia sobre as minhas questões identitárias. Só que aí que tá! Não (me) posicionando também está presente essa discussão, e aí não sei como é que eles avaliam... Não faz! Fico com a orelha em pé, porque sempre tem uma visão fragmentada e discriminatória mesmo dessas questões identitárias. Olho com muita desconfiança mesmo pra psicologia no geral (falando de outras instituições de formação).

Ainda sobre a academia, Latifah falou da dificuldade que tem encontrado para a publicação de algumas temáticas que tem pesquisado. No mestrado de psicologia estudou o tema do trabalho escravo na contemporaneidade, uma discussão quase que ausente nessa área. Só agora conseguiu publicar em uma revista pouco reconhecida. Na época em que fazia o mestrado, tentou publicar em uma revista de ponta da área, porém se surpreendeu com o parecer.

A gente (ela e a orientadora) ficou chocada com a avaliação, que dizia que esse assunto não era assunto da psicologia, era assunto para jornal. Isso estava escrito no parecer! Discutir trabalho escravo é matéria jornalística. Isso foi o que um parecerista colocou. Isso reforça muito a visão que se tem hoje, dominante na psicologia, do que a psicologia deve abordar ou não. Então até certo ponto, acredito que seja bem forte, é a visão que muitos psicólogos, que muitos professores de psicologia tem, de que a questão étnico-racial, e outras questões, não são questões pra psicologia, mas uma questão pra jornalista, pra militante, entendeu?! Se é posto num parecer científico sobre um artigo, no dia a dia deve ser bem mais forte né!?

A trajetória de vida ressaltada por Latifah nos mostra o esforço acadêmico que uma mulher negra trans realiza para conseguir discutir as temáticas de gênero e raça, principalmente na psicologia, sua área de formação. Além disso, essa pesquisadora nos relata a pouca receptividade e a falta de sensibilidade por parte dos/as professores/as dessa área do conhecimento ao não reconhecer a necessidade do debate das identidades (gênero, raça, sexualidade, classe social, etc.) para a compreensão dos processos subjetivos dos sujeitos. A apreensão de Latifah diante da psicologia representa a preocupação de professores/as e profissionais psicólogos/as que estudam gênero e raça (expressa também em documentos como a carta aberta do PSINEP e na literatura de psicologia que utilizei ao longo desta

monografia) ao perceberem a ausência desse debate dentro de uma área que se propõe entender os fenômenos humanos. Ao meu ver, muitos/as professores/as parecem incorporar teorias importadas e enquadrar os indivíduo em seus paradigmas, sem se atentar para a realidade dos diversos fenômenos sociais e individuais que lhes cerca.

O subtópico que segue abaixo, foi criado para ressaltar, ainda mais, alguns dos momentos que o individual se tornou coletivo na trajetórias das mulheres negras psicólogas participantes dessa pesquisa, principalmente quando estas foram interpeladas pelas estruturas sociais racistas e sexistas da nossa sociedade.

O encontro das trajetórias

Em todas as narrativas vieram à tona momento de suas vidas nas quais foram alvo da interpelação racista. Essa é uma marca que muitos/as negros/as tem em comum na constituição de suas subjetividades. Nzinga contou uma situação racista que viveu quando ainda morava em Luziânia com sua família.

(...) depois de eu sair dessa vida de doméstica, fui ser vendedora numa loja. Nessa loja, um dia uma pessoa entrou e disse que não queria ser atendida por mim porque eu era uma mulher negra. (...) Foi talvez meu encontro do que era ser negra no Brasil, aquele dia me machucou. Me marcou. Eu não poder atender uma pessoa porque eu era uma mulher negra, dentro de uma loja onde eu era uma das melhores vendedoras.

Janaína acredita que o único dia que vivenciou uma discriminação racial explícita foi em uma viagem para o Rio de Janeiro. Quando já mais velha, estava viajando com sua amiga, também negra, e desceram do ônibus para o banheiro da rodoviária para tomar uma chuveirada. Lá havia uma mulher que era da Argentina ou da Espanha. Esta mulher começou a gritar no meio do banheiro falando que tinham pegado as coisas dela, que tinham roubado e ficou olhando para elas com uma cara estranha. A segurança chegou dizendo que estava olhando a bolsa de todo mundo e perguntou se poderia olhar a bolsa delas.

Foi uma coisa horrível né, porque estava olhando só a nossa bolsa, não olhou a bolsa de ninguém, foi a única coisa que eu me senti realmente muito mal por conta disso. Tava todo mundo no banheiro, porque só olhou a nossa bolsa, né?!

A acusação de roubo que recaiu sobre Janaína e sua amiga mostra nitidamente o preconceito de cor (FANON, 2008). O olhar suspeito sobre elas se deu pelo fato delas serem negras. Segundo M. L. da Silva (2004), são esses olhares racistas que nos colocam como alvo de suspeita que nos deixam num estado de vigilância emocional permanente e que podem gerar repercussões psíquicas negativas.

Latifah também falou de quando foi alvo do racismo:

Tem um episódio com amigos. Saí com vários amigos uma vez e um rapaz que não conheço mais, que não sei nem onde que ele tá falou assim: ah, gosto tanto de você que pra mim você é uma pessoa branca. Então aquilo gerou uma discussão entre a gente porque tinham várias pessoas. Mas por que a pessoa negra não pode ser tão legal pra você? A pessoa negra que é legal vira uma pessoa branca? Então você vê o racismo tão encruado que as pessoas até mudam a visão da identidade. O embranquecimento também está aí!

Foi a partir das diversas histórias que escutei sobre vivências de racismo e da minha própria trajetória como mulher negra que surgiu meu interesse em estudar o impacto do racismo sobre a saúde mental de mulheres negras. Ou seja, quais são as repercussões psíquicas nos processos de subjetivação sobre a pessoa negra que foi inferiorizada e desqualificada ao ser interpelada pela injúria racial. Mostrarei mais algumas situações narradas pelas entrevistadas que poderão ajudar nessa reflexão.

Segue uma parte do desabafo de Nzinga diante da tensão social que vive diariamente.

É hoje, é amanhã, é daqui há 10 anos, isso cansa, você chega às vezes a um grau de estresse que você pensa: meu Deus, eu vou enlouquecer! Tenho que fazer alguma coisa pra me liberar disso porque senão eu vou enlouquecer! Então, essa democracia racial alardeada no país é muito prejudicial porque pra certas pessoas, até pode ser possível achar que ele vive numa democracia racial, mas pra uma pessoa que vem ocupar um espaço, que venha ter um lugar de fala seja na administração pública, seja na política, seja onde for, sendo negra, ela pra ser ouvida, minha amiga, pra ser ouvida, ela tem que ser melhor do que todo mundo. Ela tem que ter uma inteligência,, uma sagacidade , uma predisposição, que é difícil de você manter até o final da vida assim. Está no espaço que eu estou hoje não é uma tarefa fácil, porque as pessoas elas não vão te falar: não estou discriminando. Ou: você não vai ocupar esse espaço porque você é uma mulher negra. Ninguém vai falar isso pra você mas está tudo lá implícito. Você é uma mulher negra e quem é você pra querer ter voz? Pra querer ocupar esse ou aquele espaço? Você é uma mulher negra e quem é você pra desejar ter um relacionamento afetivo bom? E quem é você pra desejar ocupar um cargo bom? Isso está implícito a todo momento no país.

Esta fala remete à discussão feita por Segato (2005), que aponta as posições estruturais de status revelados a partir da marca étnico-racial, o que nos leva a compreender no contexto brasileiro a hierarquia de grupos humanos a partir de marcas corporais como forma de manter privilégios pra uns e inferiorizar e discriminar outros. Além disso, aponta mais uma vez, o preconceito de cor que se faz presente através do “racismo cordial” engendrado no sistema político, econômico, social e cultural, onde ter pele escura pode afetar drasticamente de forma negativa a construção identitária e subjetiva de milhões de pessoa negras.

Nzinga e Janaína falaram também dos atendimentos que realizaram durante o estágio que fizeram no final do curso na área da psicologia clínica. Narraram seus receios e medos diante da perplexidade de seus pacientes ao serem atendidos por psicólogas negras.

Com relação ao período que tive fazendo estágio, fiquei um ano na clínica, e o que eu sentia muitas vezes quando alguém entrava lá pra fazer terapia? (...) e olhava que era uma mulher negra? A maioria dessas pessoas, apesar de não verbalizar o choque de entrar numa sala e ver uma mulher negra, pude sentir o choque dessas pessoas de ter ali na frente delas uma psicóloga negra (NZINGA).

Janaína conta sobre uma vivência de racismo e sexismo em seu estágio na clínica. Porém, como já disse anteriormente, as contradições na percepção de suas histórias estão bastante presentes. No início da conversa ela conta ter vivenciado uma única experiência visível de racismo em uma viagem ao Rio de Janeiro, mas durante a entrevista outras situações apareceram. Acredito que o método da história de vida, por suas características e por proporcionar um espaço de escuta, deu oportunidade para que Janaína pudesse refletir sobre sua trajetória dentro do recorte de gênero e raça, e assim lembrar de outras situações racistas que vivenciou.

Ano passado pra mim foi muito difícil (...) um senhor de idade, 70 anos e tal. Foi muito difícil pra mim! Ele era muito preconceituoso, muito machista! Pra eu estar lá atendendo ele? Uma mulher negra ainda? Pra ele aquilo lá era uma coisa inconcebível! Então ele não estava nem aí, ele ia lá como se fosse uma obrigação. Porque ele estava lá com pedido judicial. Então ele ia lá obrigado. Mas uma vez, ele soltou pra mim assim: ah, está um absurdo hoje em dia isso! Hoje em dia está tudo errado! Negro sendo advogado, mulher virando policial e presidente! Eu fiquei com olho deste tamanho (arregalado), né!

Essas narrativas, além de mostrarem o racismo dos/as pacientes de psicoterapia, destacam a perplexidade das pessoas ao serem atendidas por psicólogas negras. Essa surpresa tem fundamento quando pensamos na quase ausência de negros/as ocupando posições sociais de destaque em nossa sociedade, inclusive nas áreas da saúde. Como vimos anteriormente, as estatísticas apresentadas na PNAD (2009) indicam que a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior concluído é de 4,7% de pretos e 5,3% de pardos contra 15,0% de brancos. Logo, o problema do racismo tem implicações objetivas graves, quando observamos a quase ausência de negros/as em posições de comando, em ocupações de prestígio, nas universidades e com alta remuneração em diferentes profissões.

A situação das crianças negras também gera inquietação para Nzinga. Ela contou, que estes dias quando estava deitada na cama com sua sobrinha de 6 anos, falou que iria lhe dar uma Barbie negra. A criança respondeu: *tia, eu não quero uma Barbie negra*. Questionada por

que não queria uma Barbie negra, a criança retrucou: *tia, negro é feio!* Nzinga questionou outra vez: *mas como negro é feio, quem te disse que negro é feio?* Sua sobrinha respondeu: *tia, todo dia na escola os meus coleguinhas falam que meu cabelo é de pixaim. Então tia, eu não quero uma boneca negra, eu quero uma boneca branca.* Nzinga indagou se sua sobrinha se considerava uma menina negra, e ela respondeu positivamente, logo depois perguntou se ela não se considerava uma menina bonita. A criança respondeu: *ah, tia, não sei! Porque todo mundo fica falando que meu cabelo é de pixaim.* Nzinga a fortaleceu: *olha, você é uma menina negra e linda, parece uma princesa.*

Essa percepção do cabelo crespo com algo feio e atemorizante foi perfeitamente discutida por bell hooks (2005). A rejeição da própria imagem se associa a um racismo interiorizado e conseqüentemente à vontade de tornar-se branca. O sentimento de vergonha é mais um elemento dos processos de subjetivação da população negra e pode gerar sofrimento psíquico (JOELMA R. DA SILVA, 2004). Ao continuar a reflexão sobre essa conversa Nzinga desabafa:

Então olha só! Tenho discernimento pra fazer um trabalho desse com minha sobrinha. Será que todos os pais no Brasil tem esse discernimento pra falar pro seu filho que ele não é uma pessoa feia? Se ele recebe todos os dias livros falando que ele só pode ocupar uma posição de marginal e a mulher só pode ocupar uma posição de doméstica, que eles não podem ser mais do que isso?

Portanto, ao apontar esse fato, Nzinga coloca como imprescindível um das pautas do movimento negro - o enfrentamento de imagens racistas e sexistas (sendo esta última questão uma pauta mais específica no movimento de mulheres negras) presentes nas narrativas históricas, nos livros didáticos escolares e nos discursos acadêmicos. Ela sinaliza que a literatura e outras produções culturais e acadêmicas são feitas na maioria por pessoas brancas do circuito Rio de Janeiro-São Paulo, referenciais que dificultam a noção de pertencimento racial e “a constituição do negro como pessoa”(NZINGA).

Os processos de branqueamento experienciados por essas mulheres também são revelados. Latifah comenta sobre essa vivência ao lado de sua mãe.

Na minha família, na questão estética, acho que é normal também isso em todas as famílias, acerca da ideologia do embranquecimento. Bota o beijo pra dentro! Segura! Pra não ficar, né! Ela não queria que eu ficasse com os lábios grandes. Bota pra dentro! Isso evidenciava o racismo né?!(...)minha mãe mesmo, lembro muito disso, ela trabalhava como empregada doméstica, e na época, uma pessoa com que ela trabalhou ensinou-a como alisar o cabelo usando Henna, que era comum na época. E isso me chamava atenção, essa experiência dela me causava muita curiosidade,

porque era uma forma que ela tinha também de embranquecimento, de ter inclusão, conseguir transitar em diversos espaços, alisar o cabelo era muito importante pra ela.

As narrativas ecoam algumas das reflexões realizadas na fundamentação teórica a partir de autores/as como Costa (2001), Santos (2000), Nascimento (2003), André (2007) e Bento (2003), com relação aos processos de branqueamento aos quais as pessoas negras se submetem para conseguir sua inserção e ascensão social. Aparece também o medo de experienciar o sofrimento psíquico diante da possibilidade de ser desqualificado por apresentar marcas corporais de origem africana. Janaína fala da preocupação de sua mãe:

Durante o colégio, por mim eu ia com cabelo deste tamanho (black power). Mas minha mãe não: tem que arrumar! Mas acho que era uma preocupação de mãe mesmo, pras pessoas não te machucarem, né, não te magoarem! Minha mãe sempre procurou esse lado. Vou fazer escova no cabelo, então cabelo liso, aí depois: não mãe, não quero cabelo liso. Então usava rasta (trança rasta), sempre usei rasta a vida inteira, acho que eu tirei o rasta no ano passado.

Na história de Janaína também é possível ver seu processo de identificação com os referenciais afros ao se permitir à assumir a trança rasta ainda que seu contexto não a fortalecesse nesse sentido. Pela primeira vez ela está namorando um rapaz negro. Segundo ela própria, essa relação tem lhe ajudado na autoafirmação da sua negritude. Essa compreensão de Janaína parece ser unânime entre nós negros/as - quanto mais convivemos entre nossas/os irmãs/ãos de cor, mais nos empretecemos.

Segundo Latifah, quando afirmou sua identidade racial, já estava na universidade.

A minha identidade negra ainda não estava saliente, tinham essas discussões mas acho que ficou mais evidente minha negritude no ano 2000. Ainda estava na minha militância LGBT e aí, na Pré-conferência de Durban em São Paulo entrei de forma mais direta dentro das discussões étnicas. Aí foi pra eu começar a refletir, foi um momento político de articulação militante que deixou evidente a minha identidade como pessoa negra e ficou como uma reflexão de começar aprofundar, de como meu corpo era visto, como é que eu era vista como pessoa negra. (...) a partir disso, comecei a inserir a questão negra na minha reflexão. Foi a partir de um momento político de articulação que foi potencializado (...) na minha participação no debate das cotas, depois que comecei a participar do coletivo Enegrecer, aí realmente virou uma constante, fortaleceu, consolidou.

Nzinga também falou sobre esse processo de identificação racial:

Quando eu era criança, acho que tinha muita dificuldade ou eu não me via como eu deveria me ver, não me via como uma pessoa negra, talvez por a gente ter essa mídia que sempre apresentou as pessoas brancas. O pouco que tive acesso disso não me reforçava como pessoa e isso até determinada idade foi muito difícil pra mim. Hoje não, depois da psicologia acho que melhorei um pouco, porque a psicologia, querendo ou não, durante o curso (não só fazendo terapia que eu já fiz terapia também). Durante o curso você consegue fazer um mergulho em você mesma. E aí você se descobre como pessoa, você pode analisar sua trajetória, olha: quais as

perdas que tive por essa questão racial? Acho que hoje consigo fazer essa análise, das perdas que tive com relação a ser uma mulher negra. Constituindo um corpo negro num mundo me apresentado branco a todo momento.

As narrativas sobre a afirmação da negritude refletem, como aponta Jocélio Santos (2000), a luta do movimento negro brasileiro ao conduzir a recuperação da identidade de matriz africana com a crescente valorização da "consciência racial", o que se mostra, por exemplo, na valorização dos cortes, trançados e penteados afros, como repúdio ao alisamento.

.Ao escutar essas trajetórias de pertencimento racial, fiquei pensando em meu processo de identificação. Apesar de ter nascido em Brasília sempre passei parte da minha vida em Salvador, por minha família ser dessa cidade. Morei na Fazenda Garcia, bairro que abriga uma grande população de negros/as. Lá comecei a ver que não estava sozinha, tive muitas amigas negras. Porém, todas nós usávamos o permanente afro *Soft Sheen*, química que deixava os cabelos com cachos longos e lisos. Após sair do 2º grau assim como Janaína, comecei usar a trança rasta, foi aí que conheci os salões afros. Depois que entrei na universidade fiz *dreadlocks* assumindo assim não só meus cabelos crespos e outras marcas corporais étnicas, mas também, reconheci e incorporei a identidade negra para todas as dimensões da minha vida.

A importância desse debate na área da psicologia também foi pontuada pelas entrevistadas.

Acho importante essa discussão pra pessoa não ficar só numa bolha né! (...) porque é o que a gente tá lidando. (...) o psicólogo profissional vai ter que lidar com essas coisas. Possivelmente vai atender até uma pessoa negra. Então acho que é relevante abordar essa questão, né! (...) a questão da discriminação, que é importante pra nossa formação, todo tipo de discriminação, principalmente a racial que é tão forte aqui no Brasil (JANAÍNA).

Latifah fala da importância da Psicologia se fazer presente nesse debate:

Acho fundamental essa discussão. Tem que fazer na psicologia se a gente quiser ser realmente uma ciência significativa, ainda mais no Brasil, um país que é etnicamente preto mas que não reconhece, não valoriza, essa diversidade racial e étnica. A psicologia tem se distanciado muito da sua visão social, acho que essa quase ausência de trabalho e de discussões sobre questões étnico-racial e de gênero, as duas questões ficam muito escondidas na psicologia, ou tratadas só como variáveis como falei, a pessoa é negra, ou branca, ou é mulher ou homem é uma coisa muito pouca discutida. Empobrece muito! A gente tem que entender que tem muitas forças envolvidas, tem muitos espaços de poder, não é só uma questão de ideologia, ou só de preconceito, é uma questão de poder também é difícil de mudar, né! (...)

Tanto Nzinga quanto Latifah frisaram muito a importância de nós negros/as escrevermos sobre o assunto como um caminho que poderá nos fazer sermos ouvidos/as e nos

tornar protagonistas da nossa própria história nos espaço de produção de conhecimento na tentativa de gerar mudanças diante de todo esse cenário.

Como psicólogas, essas mulheres negras evidenciam a relevância da área da psicologia inserir em sua produção de conhecimento, nas discussões acadêmicas e da prática profissional as questões de raça e gênero para que, como aponta Ferreira e Camargo (2011), possam diminuir o risco de legitimar práticas racistas e sexistas, e contribuir na construção de estratégias que revertam o sofrimento de pessoas que vivenciam o racismo. Além disso, como parte de seu compromisso político, a psicologia deveria participar da produção de subjetividades livres do preconceito de cor e abertas para aceitar as diferenças dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu sou uma mulher negra, tive algumas situações ao longo da vida de discriminação, fui cerceada em muitos momentos, mas hoje eu quero ter voz, eu quero construir e quero ser exemplo para outras pessoas negras(Nzinga¹⁶).

Os processos de subjetivação de negras/os é atravessado por mecanismos perversos do racismo, naturalizado e enraizado nas estruturas sociais desse país. O “racismo cordial” e o mito da democracia racial tem atuado como dispositivos biopolíticos eficazes na manutenção dos privilégios de pessoas brancas sobre as pessoas negras. Isto tem gerado danos psíquicos, físicos, desigualdades sociais e outras condições desumanas para essa parcela da população.

Esse trabalho expõe a urgência de uma maior participação de psicólogos e psicólogas nos estudos sobre raça e gênero visto que, a inserção do saber-fazer psicológico neste debate é uma demanda de mulheres e homens negros que tem sofrido com a exclusão social e tido historicamente seus direitos violados.

Minha análise das trajetórias destas três mulheres negras destaca os diversos momentos em que essas histórias se cruzam, e poderíamos contar outras histórias e perceber que a construção subjetiva de negros e negras desse país é perpassada pelo racismo. Essas narrativas representam principalmente as experiências vividas por muitas mulheres negras. Pois retratam desde as dificuldades na infância, momento no qual, por exemplo, nos identificamos com os modelos brancos, padrão hegemônico de beleza exibidos pela mídia e com as bonecas brancas de cabelo liso. Contam do ocultamento do negro como protagonista de sua história e relevante sujeito da história do Brasil, nas instituições de ensino fundamental, médio e superior. Narram os processos de embranquecimento físico, psicológico e social vistos, por exemplo, na percepção dos nossos cabelos como inimigos que impedem nossa ascensão social, até chegar na compreensão de uma marca corporal que compõe a beleza negra e fortalece a identidade racial. Revelam as situações racistas nos múltiplos contextos de socialização, até chegar nas vivências que auxiliaram nos processos de valorização de si e do reconhecimento de suas marcas étnicas, e todas as ações que surgem a partir do pertencimento racial.

¹⁶ Nome fictício de uma das entrevistadas.

As narrativas destacam a importância do reconhecimento e afirmação da/o negra/ em torno da sua identidade racial como forma de manter a autoestima, valorizar a herança cultural africana e como postura política de combate ao racismo. Mas também revelam a luta diária no nosso caminho para chegar até aqui. O quão doloroso é o percurso para sobreviver e se desvencilhar das engrenagens racistas até conseguirmos alcançar a compreensão de pertencimento racial e assumirmos publicamente nossa negritude.

Por isso se faz relevante inserir nessa discussão, o impacto do racismo sobre a saúde mental da população negra, não só a partir de um recorte de classe, visto que as mulheres brancas ainda que pobres carregam o privilégio da brancura. Mas, como aponto nessa pesquisa, a partir de um recorte de gênero e raça já que mulheres negras tem em suas vivências a dupla discriminação, simultaneamente racista e sexista, atuando em suas dinâmicas de vida como fatores de sofrimento psíquico.

É mais importante que as mulheres façam resistência ao racismo e ao sexismo que se dissemina pelos meios de comunicação, e tratem para que todo aspecto da nossa autorepresentação seja uma feroz resistência, uma celebração radical de nossa condição e nosso respeito por nós mesmas (hooks, 2005, p.8).

Inserir o tema da saúde mental de mulheres negras é mais um dos desafios para pesquisadores/as dos estudos de gênero, raça e saúde, já que os espaços de produção científica e o poder público representado pelo Ministério da Saúde tem demonstrado desinteresse quando o assunto é população negra. Na literatura sobre saúde e nas políticas de saúde pouco se fala das singularidades biopsicossociais (ANDRÉ, 2007) e da presença do racismo como marcador de saúde da população negra. O que aparece são apenas os indicadores de morbimortalidade e mitos acerca da força do corpo negro (BATISTA, WERNECK e LOPES, 2012).

O ambiente acadêmico, como espaço de produção de conhecimento, ainda se mostra resistente aos debates que fazem parte das lutas antirracista e antissexista que há muito tempo fazem parte da agenda política de alguns segmentos da população brasileira. O racismo ainda aparece como um tabu no ambiente universitário, ou nega-se ou se silencia, o que acaba por fortalecer as estruturas racistas do país (CARVALHO, 2007). As políticas de cotas raciais nas universidades públicas tem nos feito vislumbrar um novo cenário social que traz consigo a possibilidade de nós negros/as sermos protagonistas da nossa própria história, produzindo nós mesmos conhecimento acerca de quem somos, ainda que para isso precisemos utilizar de referenciais brancos eurocêntricos.

Dessa forma, se faz imprescindível problematizar essas questões raciais nas instituições de formação de psicólogos/as para que isso possa repercutir na prática profissional e em toda a sociedade. E considerando que a psicologia é uma ciência elitista e portanto majoritariamente branca, desde as suas teorias até pelo profissionais psicólogos que atuam na prática, é pertinente ressaltar a importância das pessoas brancas participarem dessa discussão a partir do reconhecimento do seu lugar de fala e dos privilégios da branquidade, para que não só os negros/as sejam os únicos responsáveis pela luta antirracista. Pois o não-dito dentro da Psicologia também é um posicionamento antiético de uma ciência e profissão diante de uma realidade que tem feito muitas pessoas sofrerem, postura esta que também molda as relações chamadas racismo. Como apontado previamente por Pacheco (2011), uma das características do “racismo cordial” brasileiro é justamente o seu caráter implícito e indireto, não dito, daí a necessidade de discutir estas questões abertamente, na arena política, no universo acadêmico, mas também na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria da Consolação. **Processos de Subjetivação em Afro-brasileiros: Anotações para um Estudo**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Abr-Jun 2007, Vol. 23 n. 2, pp. 159-168
Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722007000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 13 de nov. de 2013.

ARISTIDES, Jackeline Lourenço. **Acolhimento da população negra em sofrimento psicossocial pelo candomblé de Londrina-PR**. 2012. 53 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Departamento de Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ASCOM. **Fundação Cultura Palmares**, 2010. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/observatorio-afro-latino/>> Acesso em: 06 de set. de 2013.

BATISTA, Luís Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (orgs.). **Saúde da população negra**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF : ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros,.(Coleção negras e negros : pesquisas e debates) 2012.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. (25-58).

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites In: **Psicologia e compromisso social** / Ana Mercês Bahia Bock, (Org.). São Paulo: Cortez, 2002.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em<http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf> Acesso em: 03 de jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Série Antropologia n. 395, Brasília: Universidade de Brasília 2006.

_____. **Racismo Fenotípico e Estéticas da Segunda Pele**. Revista Cinética, v. 1, p. 1, 2008. Disponível em:<http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.htm> Acesso em: 16 de mar. 2013.

CASTELAR, Marilda; SANTOS, Carolina Conceição de Oliveira. **Relações raciais no ensino de psicologia: uma experiência de sensibilização**. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, Salvador, dez. 2012; 1(1): 75-86. Disponível em:<

<http://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/download/43/43>.> Acesso em: 21 de mai. 2013.

CFP-Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP Nº 018/2002 - Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial.** Disponível:< http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF> Acesso em: 5 de mai. de 2013.

COSTA, Sérgio. **A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo.** Tempo Social; Rev.Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 143-158, maio de 2001.

DZIDZIENYO, Anani. África e Diáspora: Lentes Contemporâneas, vistas Brasileiras e Afro-brasileiras. Em E. L. Nascimento (org). **A Matriz Africana no Mundo** (Vol. 1 pp.205-232) São Paulo: Selo Negro, 2008.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay.** Tradução Procopio Abreu; Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas;** tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FDNUM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SEPMGF-Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: Análise Preliminar.** 3. ed. Brasília. 2008. Disponível em: < http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/discriminacao/retrato_desigualdades_generoeraca_luanapinheiro.pdf.> Acesso em: 23 de mar. 2013.

FERREIRA, Ricardo Frankllin. A construção da Identidade do afro-descendente: a psicologia Brasileira e a questão racial. In: J. Bacelar; C. Caroso (org). **Brasil, Um país de negros?** 2º ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2007, p. 71-86.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia Ciência e Profissão.** Brasília, v. 31, n. 2, 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S1414-98932011000200013&lng=en&tlng=pt > Acesso em: 13 de set. de 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** 2012. Disponível em :< <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf> > Acesso em: 23 de mar. 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa.** Vol. 29 n° 1 São Paulo Jan/Jun, 2003.

GUIMARÃES, Marco Antônio Chagas. **População Negra, Racismo e Sofrimento Psíquico.** 2011 Disponível em :< <http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/saude/220-artigos-de->

[saude/12075-populacao-negra-racismo-e-sofrimento-psiquico#facebook_comments](#) > Acesso em: 14 de mai.2013.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pos-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Quem precisa de identidades? In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tormaz Tadeu da Silva (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2011.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Estudos feministas, Florianópolis, v. 3, n.2, p. 464-478. 1995. Tradução de Marcos Santarrita. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/10112009-123904hooks.pdf>> Acesso em: 02 de jun. 2013.

_____. **Alisando o nosso cabelo**. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Disponível em: <<http://www.criola.org.br/mais/bell%20hooks%20-%20Alisando%20nosso%20cabelo.pdf>> Revista Gazeta. Acesso em: 9 de mar. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2010). **Diretoria de pesquisas. Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 14 abr. 2013

_____. (2010). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Um panorama da saúde no Brasil: Acesso e utilização de serviços, condições de saúde, e fatores de risco e proteção à saúde 2008**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/panorama.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2013.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LEONEL, Fabiana; PEREIRA, Pedro. Paulo. A Doença Mental nas Mulheres Negras. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG - CONPEEX, 2., 2005, Goiânia. **Anais eletrônicos do XIII Seminário de Iniciação Científica [CD-ROM]**, Goiânia: UFG, 2005. n.p.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACRAE, Edward J. B. N. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In; **Drogas- Tempos , lugares e olhares sobre seu consumo** , Almeida,A .R., Nery Filho,A MacRae, Tavares, L.A. e Ferreira, O. S, Salvador,Edufba, 2004,p. 27-48.

Disponível em:< http://www.neip.info/upd_blob/0000/13.pdf> Acessado em: 30 de mai. 2013.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004.

MORI, Valéria Deusdará; REY, Fernando González. A saúde como processo subjetivo: uma reflexão necessária. **Psicologia Teoria e Prática**. São Paulo , v. 14, n. 3, dez. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 de out. de 2013.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor: Identidade raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

PACHECO, Lwdmila Constant. **Racismo Cordial: Manifestação da Discriminação Racial à Brasileira – o domínio público e o privado**. 2011 Disponível em: <http://www.encontro2011.abrapso.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3065> Acesso em: 01 de agos. de 2013.

PARTICIPANTES. Carta de São Paulo. In: **I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil - I PSINEP**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.crp03.org.br/img/Carta%20de%20S%C3%A3o%20Paulo%20-%20I%20PSINEP.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2013.

PEREIRA, Dulce Maria. **A Face Negra do Brasil Multicultural**. s/d. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/publicacoes/textos/portugues/revista6.pdf>> Acesso em: 11 de ago. de 2013.

RATTZ, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Kuanza, 2007. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>> Acesso em: 25 de mar. 2013.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. “No meio e misturado”: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2010. Disponível em:<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/183>> Acesso em: 19 de out. de 2013.

ROCHA, Acilio da Silva Estanqueiro. Biopolítica. **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. Instituto de Filosofia da Linguagem. 2010. Disponível em :<<http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/bb0169f01e38e1d9e1ce904f185bc8d9.pdf>> Acesso em: 3 de nov. de 2103.

RODRIGUES, Adriana Severo. **São mulheres e são negras: relato de experiência com mulheres negras que estão cumprindo pena em regime aberto ou semi-aberto**. Catálogo

de pesquisas e pesquisadoras(es) sobre mulher e relações de gênero na Bahia. NEIM. 1995. Disponível em: < <http://www.neim.ufba.br/wp/publicacoes/>> Acesso em: 3 de out. 2013.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro , n. 38, Dec. 2000 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200003&lng=en&nrm=iso > Acesso em: 23 de set. de 2013.

_____. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia** (UFBA), Salvador, vol. 32, p. 115-137, 2005. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia32_pp115_137_Jocelio.pdf> Acesso em: 13 de nov. de 2013.

SANTOS, Rosa Maria Rodrigues dos. De café e de leite... In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. (121-129).

SCHAEBER, Petra. Carro do ano, celular, antena parabólica – Símbolos de uma vida melhor? Ascensão social de negros-mestiços através de grupos culturais em Salvador – O exemplo do Olodum. Em J. Bacelar; C. Caroso (org). **Brasil, Um país de negros?** 2º ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 2007, p. 51-68.

SEGATO, Rita L. **Raça é Signo**. Brasília: UnB, 2005.

SILVA, Aline Pacheco. et al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**. Vol. I: 1. 2007 p. 25-35 Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/viewFile/6/>> Acessado em: 30 de mai. 2013.

SILVA, Márcia Maria. **Racismo e Subjetivação**. 2010. Monografia (Graduação). Centro Universitário de Brasília, Departamento de Psicologia, Brasília. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/handle/123456789/4108>> Acesso em: 4 mar. 2013
SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. In: **Psicologia e compromisso social** / Ana Mercês Bahia Bock, (Org.). São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Lúcia. **Racismo e os efeitos na saúde mental**. I Seminário Saúde da População Negra. 2004. Disponível em <www.mulheresnegras.org/doc/.../129-132MariaLucia.pdf> Acesso em: 20 mar. 2013.

SILVA. Joelma Rodrigues da. **Kundola o motéma nzelé : “lembrar-se do caminho”**. PADÊ : estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, UniCEUB, FACJS, Vol.1,n.1.2006.ISSN 1980-8887. Disponível em< <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/pade/issue/view/32>> Acesso em 23 de abr. 2013.

SOUSA, Juliana Rodrigues. **Cultura Visual e Protagonistas Negras: Representações Visuais das mulheres negras na primeira pessoa do plural**. 2013. Monografia não

publicada (Graduação) Universidade de Brasília, Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais, Brasília.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SWAIN, Tânia Navarro. **Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação (UNB).** In: **A construção dos corpos – Perspectivas Feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.

Disponível em: <http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos_construidos.pdf> Acesso em: 22 de out. 2013.

TINOCO, Rui. **História de vida: um método qualitativo de investigação.** 2007 Disponível em http://www.miniwebcursos.com.br/curso_aprender/modulos/aula_4/artigos/A0349.pdf> Acesso em : 15 de mai. 2013.

ANEXO

Carta de São Paulo

Nós, participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), reunidas(os) nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, reafirmamos nosso entendimento de que o racismo constitui uma das questões mais fundamentais para a compreensão dos processos de exploração e dominação instalados na sociedade brasileira. Tal condição exige que todos os esforços sejam empreendidos no sentido de elucidar seus mecanismos que, engendrados em uma história marcada por séculos de escravização, resultaram em padrões de relações raciais que ocultam perversamente a violência sistemática imposta historicamente à população negra.

O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais, que no Brasil têm também um viés eminentemente racial. Estes aspectos se encontram fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, marcada em seu imaginário pelo mito da democracia racial, condição responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito.

A psicologia brasileira, em seus processos históricos de institucionalização, não fugiu a essa regra. Originalmente pautada na epistemologia das concepções eugenistas e racistas, em seu desenvolvimento posterior suas práticas mantêm a cumplicidade com o mito da democracia racial, caracterizando-se por uma importante omissão frente à temática das relações interraciais. Em função disso, a psicologia negligencia o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos identitários, auto-valorativos e no sofrimento psíquico decorrentes das práticas racistas vigentes na sociedade brasileira. Com raras e honrosas exceções, a produção científica e profissional da psicologia brasileira não se interessou pela temática das relações raciais e não reconheceu essa dimensão trágica do racismo, tão relevante e presente como fonte de agravos à saúde mental de quase metade da população do país, constituída pelos afrodescendentes.

Todavia, assistimos hoje a um importante e positivo deslocamento na questão racial em nosso país. Fruto do processo de organização e mobilização do movimento negro, que luta contra o racismo e pela promoção da igualdade racial, os esforços empreendidos ao longo de décadas vêm, afinal, obtendo alguns resultados, logrando uma inserção das temáticas relativas a essa

questão na agenda da sociedade e do Estado. A presença de algumas ações afirmativas, tais como as cotas nas universidades, a aprovação, ainda que com muitos limites, do Estatuto da Igualdade Racial, a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, vão impondo o reconhecimento da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo. Dentre essas conquistas, algumas políticas públicas começam a traduzir o reconhecimento das reivindicações históricas dos segmentos excluídos da população brasileira, majoritariamente negra, e a necessidade do seu atendimento, solicitando, para tal, o envolvimento da psicologia, como ciência e profissão, e marcando uma nova etapa da sua existência, caracterizada pelo compromisso social. No interior desse movimento de revisão da sua condição elitista, organizações formadas por psicólogas(os) militantes da causa negra buscam ampliar o espaço do debate crítico, apontando, inicialmente pela via das relações com os Direitos Humanos, uma urgência de que a questão racial receba a merecida importância na produção científica e na agenda política da psicologia brasileira.

Dessa forma, a convocação e a realização deste nosso I PSINEP se insere em um processo de luta e de tomada de consciência da necessidade de organização e mobilização das(os) psicólogas(os) negras(os) e pesquisadoras(es) sobre relações interraciais e subjetividade como um importante recurso político. O objetivo é fazer frente à abissal lacuna que existe entre as necessidades sentidas e a raquítica construção efetivamente disponível, diante das possibilidades de contribuição da psicologia para essa causa, que não é só nossa, mas de todas(os) as(os) psicólogas(os), negras(os) e não-negras(os). Toda a psicologia precisa se responsabilizar pela superação da dívida histórica relacionada com as necessidades da população afrodescendente em nosso país, sobretudo no que diz respeito às intensas cargas de sofrimento historicamente impostas pelo racismo. Não achamos que a superação do racismo seja uma luta de interesse exclusivo do povo negro, sobretudo porque ela envolve a tomada de consciência dos brancos sobre a sua condição de perpetradores, conscientes ou inconscientes, das violências sofridas por todas(os). O racismo representa um desperdício de importantes energias sociais de negras(os) e brancas(os), imobilizadas, cristalizadas, através de práticas sociais que precisam ganhar visibilidade. O enfrentamento que leve à sua superação deve, portanto, interessar e envolver todas(os).

Nós, psicólogas(os) negras(os), trazemos em nossa experiência cotidiana, de mulheres e homens negras(os) que somos, um tipo singular de conhecimento de causa acerca dos impactos do racismo na psique humana. Muitos de nós sabemos dos percursos tortuosos através dos quais resgatamos as nossas identidades, reconstruímos as nossas autoestimas,

organizamos recursos simbólicos para compreender que aqueles sofrimentos e vicissitudes, tantas vezes atribuídos a uma condição idiossincrática, revelaram, na verdade, as faces encobertas e silenciadas da nossa pertença étnica.

Temos, em comum, a experiência de tantas vezes, nos espaços de nossa formação ou nos espaços profissionais, vermos rejeitados os nossos esforços para introduzir a variável étnico-racial como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento infantil e do fracasso escolar, ou como um recurso para aprofundar o conhecimento das expressões clínicas assumidas pelo sofrimento apresentado por alguns sujeitos. A dificuldade para lidar com essas dimensões recalcadas no inconsciente coletivo brasileiro está relacionada com o fato de o racismo ser, entre nós, uma das mais importantes fontes sociais de garantia de privilégios. Por isso, nós, psicólogas(os) negras(os), temos a necessidade de construir um espaço-quilombo que nos reúna e fortaleça, para enfrentar as hegemonias que insistem em negar as nossas especificidades e contribuições como integrante do povo brasileiro.

Temos consciência dos desafios teóricos, epistemológicos, metodológicos e técnicos que esta nossa tomada de posição encerra. Não se espere que nos mantenhamos no terreno das queixas, reclamações ou dos proselitismos ideológicos. Nossa reunião e organização mantiveram-se e continuarão abertas a todas(os) as(os) pesquisadoras(es) comprometidas(os) ético-politicamente com estes desafios, independentemente das suas origens étnicas.

Dessa forma, as propostas aqui elencadas, resultado dos intensos e apaixonados diálogos travados nesses dias de encontro, apontam decisivamente para um compromisso de todas(os) as(os) presentes com a construção de uma psicologia efetivamente comprometida com a superação do racismo brasileiro, apontando as especificidades da contribuição da psicologia em relação a este tema.

São Paulo, 15 de outubro de 2010.

Participantes do I Encontro Nacional de Psicólogas(as) Negras(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil - I PSINEP